UNIVERSIDADE ESTADUAL SANTA CRUZ - UESC

GLÁUCIA FERNANDA FREDERICO

COOPERATIVA EDUCACIONAL: Presença/ausência da informação sobre cooperativismo no processo educativo de seus alunos

ILHÉUS - BAHIA

2008

GLÁUCIA FERNANDA FREDERICO

COOPERATIVA EDUCACIONAL: Presença/ausência da informação sobre cooperativismo no processo educativo de seus alunos

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Economia das Sociedades Cooperativas.

Orientadora: Profª. Dinalva Melo do Nascimento.

ILHÉUS - BAHIA

2008

GLÁUCIA FERNANDA FREDERICO

COOPERATIVA EDUCACIONAL: Presença/ausência da informação sobre cooperativismo no processo educativo de seus alunos

Ilhéus / BA, 30/06/2008

Dinalva Melo do Nascimento - MS
UESC
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe, a memória de meu pai, ao meu esposo e meu irmão.

AGRADECIMENTOS

À professora Dinalva Melo do Nascimento o meu reconhecimento pela contribuição na elaboração deste trabalho, agradeço pela confiança em mim depositada e pela orientação nos momentos necessários.

À UESC pela oportunidade de ingressar numa nova área do conhecimento.

Aos docentes pelos conhecimentos compartilhados e principalmente por estimular a busca de novos conhecimentos.

Aos discentes, laços afetivos construídos durante o curso, por compartilhar experiências, em especial à Alice Santos Acioli Silva Silveira que aceitou o desafio e caminhamos juntas todo o percurso.

Às cooperativas que permitiram a realização da pesquisa.

Aos amigos, Carlos Alberto Grespan Bonacim, Débora Duarte Pinto e Elizabeth Milagres Miranda Nogueira que não me deixaram esmorecer.

Aos colegas de trabalho que compreenderam a necessidade de dedicação ao curso e algumas vezes foram sobrecarregados devido a minha ausência, e apesar de tudo me incentivaram.

A minha família pelo incentivo e em especial ao primo César Oliveira Gomes pela ajuda emergencial.

Ao meu marido, Ellison Rodrigues Monteiro, pelo apoio incondicional.

Sobretudo, a Deus.

Epígrafe

"Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. È necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser apreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto".

Albert Einsten

COOPERATIVA EDUCACIONAL: Presença/ausência da informação sobre cooperativismo no processo educativo de seus alunos

FREDERICO, 2008

RESUMO

As cooperativas educacionais podem exercer um papel fundamental relacionado ao princípio cooperativista de Educação, formação e informação, uma vez que o principal serviço prestado aos sócios é oferecer educação regular aos filhos dos sócios e tal serviço deve estar pautado na doutrina e nos princípios cooperativistas.

Os conceitos de comportamento humano de cooperação, do movimento cooperativista, da cooperativa educacional, e da educação cooperativista foram abordados para compreender o tema. Esse papel as vezes não é assumido pela cooperativa educacional devido a grande dificuldade encontrada pelas cooperativas de todos os ramos, em desenvolver processos de educação cooperativista.

O estudo foi desenvolvido para verificar se os alunos das cooperativas educacionais conhecem os termos e conceitos do cooperativismo.

Duas cooperativas educacionais do interior do Estado de São Paulo foram selecionadas para este estudo. Os alunos responderam a perguntas sobre aspectos doutrinários e conceituais do cooperativismo e o posicionamento das cooperativas em relação ao tema também foi investigado.

Apesar das cooperativas pesquisadas expressarem preocupação com a temática, entre as dez perguntas respondidas pelo alunos, o resultado médio alcançado foi de 3,44 acertos. O desempenho apresentado pelos alunos foi considerado pequeno, demonstrando que os alunos pesquisados não conhecem todos os aspectos envolvidos no cooperativismo.

O estudo apresenta limitações, devido a pequena amostra e restrição do tema apenas ao aspecto de informação cooperativista, mas ele aponta a necessidade de exploração aprofundada do tema para que as cooperativas educacionais realmente assumam o papel estratégico na Educação, formação e informação cooperativista.

Palavras-chave: Cooperativismo; Cooperativa Educacional; Informação Cooperativista

EDUCATIONAL COOPERATIVE: Presence/absence of information about cooperativism on the student's educational process

FREDERICO, 2008

ABSTRACT

The educational cooperatives may be able to take a fundamental role related to the cooperativism principle of Cooperative information, education and extension, once the main service offered to the associated is to provide regular children education and such service must be based on Principles and doctrine cooperativism.

Concepts about human cooperation behavior , cooperation, Cooperative Movement, educational cooperative and cooperativism education had been included in the approach of this study to support the affirmation above mentioned. This role is probably being ignored due to the enormous difficulties to the develop process of cooperativism education experienced by cooperatives of any industry or sectors.

The study has been developed to verify if students of educational cooperatives acknowledge terms and concepts about of cooperativism.

two educational cooperatives were selected in the country of São Paulo State to this study. The students answered questions about doctrinaire and conceptual aspects of cooperativism and the positioning of cooperatives bout the subject.

In despite of the **researched** cooperatives with the subject of this study, the average result was 3,44 correct answers out of ten proposed The performance observed was much bellow the expected demonstrating that students are not familiar with several aspects that students do not know all the aspects envolved in coooperativism yet.

Tthe study has limitations due to the insufficient sampling and restrictions of the subject about the aspect coopertivism information. But it points to the necessity of exploration of the subject to help educational cooperatives to really overtake their strategic role.

Key words : Cooperativism; Educational cooperative; Cooperative information

LISTA DE TABELAS

1 Tabela 1. **Revisão dos princípios cooperativistas pelos congressos da aliança cooperativa internacional** 24

2 Tabela 2. **Caracterização da amostra em relação a idade e série atual do ensino médio** 51

3 Tabela 3. **Análise do desempenho dos sujeitos: total de respostas corretas e média de acertos por cooperativa e geral** 54

4 Tabela 4. **Número de alunos e o percentual correspondente para todos os índices de desempenho**. 55

5 Tabela 5. **Identificação dos alunos quanto a quantidade de anos que estudam na cooperativa** 56

6 Tabela 6. **Distribuição dos sujeitos quanto a período de tempo que o aluno está na Coeducar e número de respostas corretas.** 57

7 Tabela 7. **Distribuição dos sujeitos quanto a período de tempo que o aluno está na Cooperativa X e número de respostas corretas** 58

8 Tabela 8. **Percentual de respostas obtidas nas questões que investigavam as questões históricas sobre o cooperativismo** 60

9 Tabela 9. **Percentual de respostas obtidas nas questões que investigavam as questões conceituais sobre o cooperativismo** 62

10 Tabela 10. : **Percentual de respostas obtidas nas questões que investigavam os aspectos da prática administrativa** 63

11 Tabela 11. **Percentual das respostas corretas agrupada por temática** . 65

12 Tabela 12. **Conceito de avaliação atribuído ao questionário especificado por número de acertos do respondente - Coeducar** 66

13 Tabela 13. **Conceito de avaliação atribuído ao questionário especificado por número de acertos do respondente - Cooperativa X** 66

LISTA DE FIGURAS

1 Figura 1. **Distribuição percentual das respostas dos alunos por período de tempo que o aluno freqüenta a cooperativa educacional** .. 57
2 Figura 2. - **Freqüência percentual do desempenho dos alunos, agrupada por faixa de tempo de permanência na cooperativa** 59
3 Figura 3. **Percentual de respostas corretas para as perguntas P5, P6 e P10 que abordavam questões históricas sobre o Cooperativismo** 61
4 **Figura 4. : Percentual de respostas corretas para as perguntas P4, P7, P8 e P9 que abordavam questões conceituais sobre o Cooperativismo** 63
5 Figura 5. **Percentual de respostas corretas para as perguntas P11, P12 e 13 que abordavam questões sobre a prática administrativa do Cooperativismo** 64

SUMÁRIO

	Resumo	VI
	Abstract	VII
	Listas de quadros	VIII
	Listas de figuras	IX
	CAPÍTULO I	
1	**INTRODUÇÃO**	12
1.1	Contextualização do tema	12
1.2	Questões de pesquisa	12
1.3	Justificativa	14
1.4	Objetivos	15
1.4.1	Objetivo Geral	15
1.4.2	Objetivo Específicos	15
1.5	Hipóteses	15
	CAPÍTULO II	
2	**BASES TEÓRICAS**	16
2.1	O comportamento humano de cooperação	16
2.2	Movimento cooperativista	18
2.2.1	Definições de cooperativismo	18
2.2.2	Origens históricas do cooperativismo	21
2.2.3	Princípios cooperativistas	22
2.3	As cooperativas educacionais	24
2.3.1	Definição de cooperativa educacional	24
2.3.2	Objetivo das cooperativas educacionais	26
2.3.3	Histórico das cooperativas educacionais brasileiras	27
2.3.4	Classificação das cooperativas educacionais	28
2.4	Educação cooperativista	35
2.4.1	Conceito de educação Cooperativista	35
2.4.2	Serviço Nacional de Aprendizagem do cooperativismo – SESCOOP	43
	CAPÍTULO III	
3	**ASPECTOS METODOLÓGICOS**	47
3.1	Objeto de estudo	47
3.2	Procedimentos metodológicos	48

3.3 Variáveis 50
3.4 Tratamento dos dados 50
CAPITULO IV
4 **RESULTADOS E DISCUSSÃO** 51
4.1 Análise das informações institucionais 51
4.1.1 Visão sobre o Cooperativismo 51
4.1.2 Diferenças entre as Cooperativas 52
4.1.3 Importância das informações cooperativistas no processo educativo 52
4.1.4 Relacionamento das Cooperativas com o SESCOOP 53
4.1.5 Uso do FATES 53
4.2 Análise dos desempenho dos aluno 54
4.2.1 Comparação do desempenho entre os alunos das duas cooperativas 54
4.2.2 Nível de desempenho individual 55
4.2.3 A quantidade de anos que os alunos participam da cooperativa 55
4.2.4. Características das questões que apresentaram maior índice de acertos e erros de acordo com o desempenho dos alunos 59
4.2.4.1 Desempenho dos alunos em relação as perguntas sobre o histórico do cooperativismo 60
4.2.4.2 Desempenho dos alunos em relação as perguntas sobre o aspectos conceituais do cooperativismo 61
4.2.4.3 Desempenho dos alunos em relação as perguntas sobre o aspectos conceituais do cooperativismo 63
4.2.4.4 Comparação do desempenho entre os blocos temáticos do questionário .. 65
4.3 Avaliação do instrumento de pesquisa realizado pelos alunos 65
CAPÍTULO V
5 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 69
REFERENCIAS..... 72
APÊNDICES 77
ANEXOS 85

CAPITULO I

1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

1.1 Contextualização do tema

A temática educação, formação e informação cooperativa sempre estiveram presentes no movimento cooperativista. No estatuto da primeira cooperativa reconhecida como pioneira do movimento já estava presente a preocupação com a educação entre os associados, demonstrado pela execução de atividades educativas.

A preocupação com a educação dos sócios e da comunidade freqüentemente é apontada por autores como Pinho (1977), Drimer e Drimer (1981), Schneider (2003), e Klaes (2005), como sendo a sustentação do cooperativismo, tanto no âmbito nacional como internacional.

A compreensão detalhada dos mecanismos e finalidades do movimento cooperativista é apontada pelos autores acima como essenciais para que os empreendimentos cooperativistas não se tornem apenas mais uma forma de obtenção de lucro, em detrimento ao desenvolvimento econômico e social de seus participantes.

Apesar da relevância dada à educação cooperativista, muitas vezes, devido ao desconhecimento dos princípios cooperativista ou dificuldades operacionais de mantê-la, as cooperativas não desenvolvem adequadamente ações que propiciem a formação, qualificação, capacitação e informação dos seus sócios, dirigentes, funcionários e da população em geral como preconiza o quinto princípio cooperativista: Educação, formação e informação.

Vivenciando também este cenário, as cooperativas educacionais vêm prestando serviços educacionais em várias cidades do país, atendendo pessoas em diversas faixas etárias. Diante dessa característica podem se tornar, se ainda não são, um dos veículos mais importantes para a divulgação e expansão do sistema cooperativista, mas para assumir tal papel precisam de incentivo e orientação.

1.2. Questões de pesquisa

A partir do final da década de 80, Oliveira (1994) constata o forte crescimento do cooperativismo educacional em todo o país. Segundo a autora, tal fenômeno foi

impulsionado pela necessidade de corrigir as distorções e a pobreza dos mecanismos educacionais que ocasionam baixa qualidade do ensino brasileiro uma vez que o Estado não consegue desempenhar adequadamente o seu papel e as escolas particulares são criadas, na maioria das vezes, para obter lucro e a qualidade de ensino, apesar do alto custo das mensalidades, é apenas uma conseqüência para garantir a permanência dos alunos na escola.

Neste cenário, Oliveira (1994) faz um alerta, ressaltando que a criação de cooperativas educacionais não deve estar apoiada apenas no intuito de defesa dos interesses econômicos, pois para isso, haveriam outras formas mais adequadas, portanto, é necessário que as cooperativas educacionais estejam comprometidas com ao ideal de fomentar a transformação do sistema atual, possibilitando o desenvolvimento econômico e social, como propõe o movimento cooperativista.

A partir deste ponto de vista as cooperativas educacionais possuem, por suas características, um espaço privilegiado para propiciar a educação cooperativista. Nascimento (2000) e Gomes (2006) destacam mais uma vez esse aspecto afirmando que a cooperativa educacional precisa pautar seus trabalhos sobre os princípios cooperativistas, caso contrário, em nada se diferenciariam das outras escolas privadas.

Algumas vezes, as cooperativas educacionais podem não valorizar a necessidade da educação, formação e informação cooperativista na amplitude proposta pelo princípio, pois consideram satisfatório realizar a administração da cooperativa dentro dos valores e princípios que embasam o cooperativismo, quando o fazem, sem considerar relevante divulgar ou compartilhar tais valores com todos os envolvidos no processo.

No entanto, por outro lado, ao valorizar adequadamente a educação cooperativista, as cooperativas educacionais podem encontrar muitas dificuldades como as demais cooperativas encontram para implementar a educação, formação e informação cooperativista.

Desta forma, é importante analisar as cooperativas educacionais quanto ao seu envolvimento com a doutrina cooperativista, tanto nos aspectos administrativos quanto aspectos educacionais.

Atualmente as cooperativas desenvolvem suas atividades nos mais diversos setores econômicos, mas especialmente as do Ramo Educacional devem ser analisadas sob o enfoque da Educação, Formação e Informação cooperativista.

Considerando o íntimo relacionamento destas cooperativas com o processo educacional de crianças, jovens e adultos, é importante investigar como as questões relacionadas a educação cooperativista, a doutrina e a prática cooperativista, estão sendo abordadas pelas cooperativas educacionais.

Frantz e Schönardie (2007) salientam que a cooperativa despida dos princípios cooperativistas, utilizando apenas os instrumentos de gestão de custo para o alcance dos resultados econômicos, iguala a sua atuação às empresas comuns. Para evitar este problema autores como Nascimento (2000), Oliveira (1994) e Gomes (2006) sinalizam a importância da educação cooperativista nas ações das cooperativas educacionais, chegando a afirmar a necessidade dos princípios cooperativistas nortearem o processo educacional desenvolvido pelas entidades.

Por outro lado, cabe ressaltar que o processo educacional é um processo longo e composto de muitas variáveis. Para estudá-lo de forma minimamente adequada seria necessário realizar um estudo longitudinal ou uma pesquisa-ação analisando variáveis como a mudança das formas de pensar e das atitudes dos alunos, pai, professores e funcionários durante a sua vivência em um empreendimento cooperativista durante meses ou até mesmo anos.

Avaliando as dificuldades impostas pela temática, mas considerando essencial abordá-la mesmo que de forma preliminar, a alternativa encontrada foi abordar apenas a questão da informação sobre o cooperativismo junto aos alunos da cooperativa educacional.

Para abordar tal aspecto não seria suficiente apenas mensurar o nível de informação que os alunos possuem sobre o cooperativismo, mas é necessário realizar o levantamento das expectativas das cooperativas educacionais em relação ao tema.

Em razão dos aspectos apresentados, é relevante indagar: Qual o grau de informação sobre o cooperativismo que os alunos das cooperativas educacionais detém?

1.3. Justificativa

Durante os mais de 160 anos de existência do movimento cooperativista ele já foi objeto de estudos sob diversos aspectos, o que possibilitou o aprimoramento do movimento e a sua divulgação no meio acadêmico e leigo, no entanto, devido a sua complexidade, muitos outros aspectos precisam ser explorados para permitir que o arcabouço teórico se aprimore e o movimento possa se fortalecer através da compreensão mais apuradas de seus fenômenos.

O cooperativismo educacional é apontado como um dos ramos mais recentes, uma vez que só foi reconhecido em meados da década de 80. Houve algumas experiências anteriores, mas elas não eram reconhecidas como experiências cooperativistas ou eram tratadas sem a diferenciação necessária.

Ao buscar compreender o funcionamento do cooperativismo educacional constatou-se que poucos foram os pesquisadores que se dedicaram ao tema, e desta forma muitos

elementos não haviam sido abordados de forma sistematizada e pouco material científico havia sido produzido sobre o cooperativismo educacional apesar de haver vasto material sobre o tema Cooperativismo de forma geral.

Avaliando que a educação, formação e informação cooperativista precisa se fazer presente nas cooperativas educacionais para que seus membros possam compreender todas as especificidades envolvidas no movimento, e a partir desta compreensão possam contribuir com o desenvolvimento de sua cooperativa e, por conseguinte do Cooperativismo, este trabalho elegeu o tema: presença/ausência da informação cooperativista nas cooperativas de ensino em relação aos seus alunos.

Este trabalho de pesquisa se torna relevante a medida que a abordagem da temática poderá contribuir com o desenvolvimento do cooperativismo, uma vez que permitirá às cooperativas com base nos dados apurados rever seu posicionamento em relação ao tema, os seus procedimentos de transmissão de informação sobre o cooperativismo para seus alunos e até mesmo para as outras pessoas envolvidas na cooperativa.

1.4. Objetivos

1.4.1. Geral

Identificar o grau de conhecimento sobre aspectos históricos, conceituais e práticos do cooperativismo entre os alunos de cooperativas educacionais.

1.4.2. Específicos

Mensurar o desempenho de alunos de cooperativas educacionais em relação às informações do sistema cooperativista.

Identificar se a importância atribuída pela Cooperativa ao tema Educação, formação e informação cooperativista é coerente como desempenho apresentado pelos alunos.

1.5. Hipóteses

Os alunos de cooperativas educacionais estão familiarizados com os termos e conceitos do Cooperativismo.

Os alunos da cooperativa educacional que manteve ou mantém relacionamento com o sistema OCB/SESCOOP conhecem mais aspecto do cooperativismo do que aquelas onde não houve envolvimento com o sistema.

CAPITULO II

2 BASES TEÓRICAS

A informação cooperativista é um dos aspectos envolvidos na educação cooperativista. Para compreender o seu papel e a sua importância no cotidiano das cooperativas educacionais abordaremos o conceito de comportamentos de cooperação, passando pela formação do movimento cooperativista e conceituação das cooperativas educacionais, e sobretudo abordaremos o papel fundamental exercido pela educação cooperativista para a manter e fomentar o cooperativismo.

2.1.O comportamento humano de cooperação

O Homem é um ser gregário, um ser social. Essa característica está presente desde os primórdios da civilização e pode ser considerada a estratégia de sobrevivência escolhida para propiciar a evolução humana. A convivência em pequenos grupos como famílias, clãs e tribos, propiciou o surgimento do comportamento que hoje denominamos de "ajuda mútua", onde cada membro era responsável não só pelas suas necessidades, mas também pelas necessidades dos outros membros do grupo dentro das regras e preceitos estabelecidos por cada grupo. Desta forma, o comportamento cooperativo já estava presente desde os primeiros aglomerados humanos, ainda nômades, apresentando indícios mais ou menos precisos de ações de cooperação entre os indivíduos nas atividades de pastoreio e no cultivo das primeiras lavouras. (CAMPOS, 2001).

Podemos encontrar muitos exemplos clássicos citados por Silva (2000) e Campos (2001) abrangendo diversas culturas:

Na antiguidade os Babilônios possuíam organizações que se assemelhavam às associações de arrendamento de terra; Os mercadores chineses, 400 anos A.C, navegavam pelo rio Yang-Tsé organizados em grupos de 10 mercadores, onde cada mercador transportava cotas de mercadorias de todos do grupo, visando evitar o prejuízo total de apenas um comerciante em caso de naufrágio de uma das embarcações; Ágapes, organização dos primeiros cristãos que intermediavam o consumo de mercadorias se assemelhando as cooperativas de consumo moderna; Os gregos e romanos já dispunham de sociedades funerárias e de seguro, baseados no principio do auxílio mútuo entre os pequenos artesões.

Outro exemplo de destaque são as civilizações pré-colombianas - Asteca, Maia e Inca. A soberania do Rei era mantida sobre a terra e este a distribuía aos grupos familiares que adquiriam o direito hereditário sobre a terra para cultivá-la, mas também adquiriam uma série de obrigações para manter o seu direito de usufruto. Dentre as obrigações, ressalta-se: a necessidade de pagamento de tributos ao Rei para manutenção das crianças e dos idosos; a construção coletiva de sistemas de irrigação; a dedicação à obras de defesa e embelezamento; a divisão proporcional da colheita ao trabalho de cada um; e por fim, o costume do grupo auxiliar as famílias que tivessem perdido a colheita através de empréstimos de sementes. (OSESC; ITEC, 1996)

No México pode-se citar ainda o exemplo dos "Ejido": organizações comunitárias indígenas que atualmente foram transformadas em cooperativas integrais de produção agrícola. (OSESC; ITEC, 1996)

Os "Cyllos", no Peru, eram comunidades indígenas organizadas, onde o cultivo da terra acontecia através de instrumentos coletivos, sendo a safra, repartida de acordo com a necessidade de cada um dos membros. (OSESC; ITEC, 1996)

Silva (2000) destaca ainda o exemplo de povos germânicos, onde algumas das associações agrárias criadas na antiguidade ainda são mantidas, e atendem ao objetivo original como viabilizar a drenagem, irrigação e diques nas propriedades, ou serrarias para exploração de florestas; e as "Fruteiras" na França que foram as primeiras associações do país, e atualmente, ainda mantêm suas atividades sem a necessidade de estatutos escritos. Elas foram criadas para atender necessidade de obtenção de grande quantidade de leite para a fabricação do queijo "gruvyére" reunindo camponeses ou proprietários de grandes rebanhos.

Sintetizando os exemplos pode-se apresentar a definição de cooperação:

> Um processo social, embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns. (FRANTZ, 2001 p. 242)

Contudo, essas experiências eram pontuais, atendendo pequenos grupos em determinadas necessidades comum e sobre tudo não almejavam transformar suas experiências êxitosa em um movimento organizado capaz de propagar seus ideais e suas práticas em busca de uma organização social mais justa.

A partir do século XVIII, a Revolução Industrial se consolida e as relações sociais se tornam mais precárias gerando um grande sofrimento a população mais carentes dos centros

urbanos. Diante destas dificuldades, pensadores como Willian King e Charles Fourier entre outros passam a defender a organizacional social, direcionada por conceitos estabelecidos ou defendido por eles, como alternativa viável para melhorar as condições de vida da população e neste contexto surgem os primeiros ideais que subsidiaram o Cooperativismo, que será abordado no próximo tópico.

2.2. O Movimento Cooperativista

A temática cooperativista é muito vasta e pode ser analisada sob diversos enfoques. A fim de possibilitar a compreensão do Cooperativismo sobre aspectos gerais, abordaremos a definição de Cooperativismo, as suas origens históricas ressaltando a experiência da primeira cooperativa do mundo e os princípios cooperativistas.

2.2.1. Definições de Cooperativismo

Apesar de todos os exemplos é necessário ressaltar que os comportamentos cooperativos citados anteriormente sinalizam as bases do Movimento Cooperativista desenvolvido a partir da Revolução Industrial, mas não devem ser confundidos como sendo processos idênticos. Para evitar este equívoco é necessário compreender a definição de Cooperativismo.

A cooperação pode ter assumido em muitos casos o sinônimo de cooperativismo, como Pinho (1966, p. 8) apud Campos (2001, p. 20 e 21) ressalta, mas o conceito de cooperativismo que precisamos estabelecer é:

> [...] doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através das associações de fins predominantemente econômicos, isto é, das cooperativas - sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais.

Pinho (2004) ressalta a definição do conceito de Sociedade Cooperativa, e aponta que há dois grupos de definições.

A primeira definição apontada ressalta as correções dos problemas sociais e a prestação de serviços. Ela se apóia na definição de Paul Lambert apud Pinho (2004, p.124) para exemplificar: “Uma sociedade cooperativa é uma empresa constituída e dirigida por uma associação de usuários, conforme a regra da democracia, e que visa diretamente a prestação de serviço aos seus membros e ao mesmo tempo ao conjunto da comunidade.”

A segunda classe de definições refere-se à finalidade econômica ou a forma da cooperativa e está presente no Estatuto de Haiti, documento do Conselho Interamericano, Econômico e Social: "Uma associação de pessoas naturais que, havendo reconhecido a semelhança de suas necessidades econômicas, reúnen-se para satisfazer a essa necessidade mediante uma empresa". (PINHO, 2004 p. 125)

Frantz e Schönardie (2007, p. 4) definem a cooperativa, sendo:

> [...] teoricamente, uma associação de pessoas e não de capitais, embora seus objetivos e interesses sejam de ordem econômica, vinculados à valorização de seu trabalho, no contexto das relações de mercado. A associação, prioritariamente, atua na perspectiva dos interesses econômicos de seus componentes. Porém, em função dos interesses dos associados, a associação organiza um instrumento de atuação, isto é, a empresa cooperativa.

Por outro lado, há autores que destacam o caráter social envolvido no cooperativismo:

> O conceito de cooperação só tem utilidade se não for pensado abstratamente, isto é, pouca valia tem um suposto processo social de cooperação, considerado isoladamente, desencarnado, desvinculado de um determinado contexto histórico-social. Trata-se de levar em conta o sentido de cooperação como inserção e não de cooperação como «disposição psicológica». A necessidade de um esquema de cooperativismo que não se preocupe apenas em assegurar maiores rendimentos individuais para lavradores isolados, mas que esteja baseado em ganhos sociais, introduzindo o cooperativismo na própria produção. Esta cooperação econômica pressupõe um projeto coletivo de mudança sócio-política com uma base social de interesses convergentes. (RIOS, 2006 p. 1)

A temática cooperativista é muito ampla e envolve diferentes definições e abordagens como mostram as definições dos diversos autores abordados.

Rios (1987) lembra que o cooperativismo muitas vezes é considerado como a solução para a grande parte dos problemas do mundo, mas que é necessário analisar profundamente cada aspecto para compreender o papel que cada cooperativa exerce em sua realidade. Para exemplificar a questão, o autor cita o exemplo das grandes cooperativas agrárias que tem como principal objetivo otimizar o ganho econômico dos produtores associados e em contraposição lembra as cooperativas de artesões que tem papel relevante na promoção sócio-econômica dos seus associados incentivada por políticas de desenvolvimento. Ainda sob a visão do autor e dando ênfase à diferença e às peculiaridades de cada cooperativa, afirma que a identidade jurídica não garante a atuação semelhante nas questões econômicas e sociológicas das cooperativas.

Rios (1987) faz uma distinção entre a ideologia conservadora e a ideologia renovadora dentro do cooperativismo. Para ele a teoria conservadora está baseada no modelo de cooperativa de consumo inglês onde a Cooperativa de Rochdale é considerada a pioneira. A

cooperativa de consumo é considerada conservadora por não envolver a mudança da organização social da produção. A crítica se estende, pois o modelo está baseado na adoção da "Doutrina Cooperativista", e segundo seu ponto de vista a "doutrina é um conjunto de idéias que se aprende e se transmite sem discussão para justificar determinada prática". (RIOS 1987, p 48)

Rios (1987) embasa suas críticas afirmando que no modelo adotado não existe na prática uma teoria cooperativista, pois em sua compreensão a teoria deriva da pratica e através da vivência se modifica e se aprimora, enquanto a doutrina se impõe a pratica e não advém dela, é fixa e não se adapta a necessidade da prática e, portanto, não nutre a ação e sim a esteriliza, uma vez que não atende as necessidades vivenciadas.

Para concluir o raciocínio, o autor fala sobre a ideologia renovadora do cooperativismo. Ela estaria baseada em apenas três aspectos: 1) Propriedade social dos meios de produção; 2) Gestão democrática desses meios; 3) Orientação da produção em função da satisfação das necessidades humanas. Diante desses aspectos é fácil reconhecer uma visão socialista neste argumento.

Apesar das ressalvas realizadas, o autor conclui que o Cooperativismo Brasileiro está calcado no modelo que ele denomina de conservador.

Reconhecendo os diversos papéis que as cooperativas podem assumir, Frantz e Schönardie (2006, p. 11) afirmam que a cooperativa pode se constituir apenas numa estrutura econômica, uma vez que apenas a cooperação não leva a superação da função econômica, mas as sociedades cooperativas podem e deveriam se constituir "em campos de educação e espaços de poder."

Sob a ótica de Frantz e Schönardie (2007) devido à natureza associativista das cooperativas ela oferece a possibilidade de uma estrutura de poder econômico e político de proximidade com os seus associados, mas só poderá se tornar realmente um modelo de organização social e econômico justo se todos os integrantes da cooperativa, (funcionários, dirigentes e associados) participarem efetivamente do planejamento e execução de seus projetos. Complementam o raciocínio afirmando que a efetiva participação de todos os integrantes da cooperativa no planejamento e execução dos projetos da cooperativa só ocorre quando há a preocupação com a construção permanente da comunicação e educação dos seus integrantes.

Dentre todas as definições é possível verificar a preocupação dos autores em não reduzir as concepções sobre o cooperativismo apenas às questões econômicas ou apenas às questões sociais. Para o empreendimento realmente se constituir como uma cooperativa

conforme a teoria explicitada, é necessário que as questões de desenvolvimento social estejam intrinsecamente relacionadas às questões econômicas e financeiras.

2.2.2. Origens históricas do cooperativismo

Para compreendermos melhor o cooperativismo é necessário conhecer o contexto do surgimento do movimento cooperativista, o que será o tema deste tópico.

O movimento cooperativista conforme a definição de Pinho (1966) apud Campos (2001) começa a ser definido em meados do Século XVIII e anos iniciais do século seguinte na Europa.

Este período conhecido como início da Revolução Industrial é fortemente marcado pelo liberalismo econômico, caracterizado pela mínima interferência do Estado e pela livre concorrência de mercado. Essa concepção levou a classe trabalhadora a vivenciar péssimas condições de vida. Devido à ausência de parâmetros do Estado, leis trabalhistas e previdenciárias, e a busca incessante de lucro por parte das indústrias. Os operários eram submetidos a condições desumanas de trabalho, como: carga-horária extensa, muitas vezes extrapolando 12 horas diárias; baixa remuneração; utilização de mão de obra infantil com remunerações ainda inferiores a dos adultos; alimentação de péssima qualidade e condições insalubres de moradia. (DRIMER; DRIMER, 1981) e (PINHO, 1977).

Neste cenário ”O cooperativismo europeu surge, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político”. (RIOS, 1987, p 21)

A cooperativa de Rochdale é reconhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Pinho (1977) e Drimer e Drimer (1981) consideram marcos divergentes para a constituição da primeira cooperativa, segundo Drimer e Drimer (1981) o registro da cooperativa ocorreu no dia 24 de outubro de 1944 e Pinho (1977) considera o dia 21 de dezembro de 1944, a inauguração do armazém da cooperativa montado com os recursos arrecadados durante um ano entre os 28 pioneiros. O nome da cooperativa: “Rochdale Society of Equitable Pioneers” ou comumente conhecida como: Cooperativa Pioneira de Rochdale.

A Cooperativa Pioneira de Rochdale obteve grande êxito segundo Pinho (1977), e inspirou a formação das demais cooperativas nos moldes de cooperativa de consumo. Seu estatuto, onde estavam expressos os princípios de funcionamento e estrutura da cooperativa se tornarem referência para a elaboração dos fundamentos da Doutrina Cooperativista em vigor defendidos atualmente.

2.2.3. Princípios cooperativistas

Os princípios cooperativistas sofreram alterações no decorrer da história e apesar das críticas formuladas por Rios (1987) o cooperativismo está estreitamente vinculado aos princípios cooperativistas expressos pela primeira vez no Estatuto da Cooperativa de Rochdale e a compreensão do sistema cooperativista passa pela compreensão dos referidos princípios.

Resgatando a história da Cooperativa de Rochdale, Charles Gide (professor de economia da Universidade de Paris) liderou a sistematização da Doutrina Cooperativista realizada pela Escola de Nimes. A sistematização realizada por Guide foi incorporada a muitas legislações nacionais uma vez que fixou as características básicas das sociedades cooperativas. (Pinho, 2004)

Segundo Pinho (2004), os valores cooperativistas podem se divididos em dois grupos básicos, o primeiro grupo congrega os valores de identidade: igualdade, liberdade, democracia e justiça social; o segundo grupo agrega os valores de referência, nascidos na experiência da Cooperativa de Rochdale e conhecido como Princípios Cooperativos.

Os sete princípios que estão vigentes, após a reformulação realizada pelo Congresso de 1995 em Manchester promovido pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) são de acordo com Schneider e Hendges (2006):

a) **Adesão livre e voluntária**: O associado tem livre escolha para ingresso e desligamento da cooperativa. Deve-se respeitar a neutralidade religiosa, política, social, de gênero e racial não podendo haver nenhum tipo de discriminação para a aceitação do associado. Para associar-se a cooperativa é necessário que o indivíduo conheça e respeite a filosofia do movimento a qual pretendem filiar-se.

b) **Gestão e controle democrático**: Explicita a necessidade e importância da participação de cada cooperado nas decisões de gestão da cooperativa. Muitas vezes a compreensão desse princípio restringe-se a participação do associado à assembléia, mas não deve ser deste modo, uma vez que o maior grau de participação do associado nas diferentes instâncias faz a cooperativa mais representativa das necessidades e aspirações dos cooperantes, a base pode e deve orientar as ações dos representantes eleitos para o Conselho Administrativo e este se submeter às decisões da base. Neste enunciado se expressa uma das maiores diferenças entre as cooperativas e empresas capitalistas. A representatividade é paritária entre todos os sócios, independente da do valor de quotas-parte subscritas e ou integralizadas e do volume de negócios realizado com a cooperativa, enquanto nas sociedades capitalistas, a representatividade é proporcional ao valor de capital investido por cada sócio.

c) **Participação econômica dos sócios**: As cooperativas precisam formar capital para viabilizar as suas atividades, mas em nome da autonomia, sempre que possível esta capitalização deve ocorrer através da participação dos sócios, ou seja, subscrição e integralização cotas-parte, sem recorrer a capital externo (empréstimos bancários e ou ajuda estatal). O capital existe para atender as necessidades dos sócios e não para gerar lucros ou poder na cooperativa.

d) **Autonomia e independência**: A inclusão desse princípio tornou-se necessária devido à interferência e ingerência do Estado nas cooperativas em muitos países. As cooperativas devem ser autônomas e independentes, devem controlar seus rumos, mesmo quando atuam em conjunto com órgãos públicos ou instituições privadas.

e) **Educação, formação e informação**: Este princípio com mais ou menos destaque sempre esteve presente na história das cooperativas. Na cooperativa pioneira de Rochdale, havia a preocupação com a educação dos sócios, mas as diretrizes não eram claras. (Drimer & Drimer, 1981). Schneider e Hendges (2006) informam que atualmente espera-se dele propiciar a compreensão dos demais, e a partir de então elaborar e aplicar adequadamente as leis e estatuto que regem a cooperativa e garantir os direitos e deveres dos cooperantes. A educação cooperativista não deve ficar restrita aos associados, é necessário informar e capacitar os funcionários, os jovens e os formadores de opinião.

f) **Intercooperação**: Visando a ampliação da influência das cooperativas no âmbito regional, nacional ou mundial; a ação conjunta das cooperativas é imprescindível. Através da intercooperação é expressa a solidariedade cooperativista, através de troca de informações e de experiências, redução de custos e aumento das sobras em atividades conjuntas. A cooperação pode ocorrer entre cooperativas singulares de forma horizontal ou verticalizada a partir da criação de centrais ou federações e no Brasil do fortalecimento da OCB (Organização Cooperativa Brasileira) e OCE's (Organização Cooperativa Estadual).

g) **O interesse pela comunidade**: A cooperativa existe em função dos sócios, para atender as suas necessidades, mas não é possível esquecer a relação da cooperativa com a comunidade na qual esta inserida. Esta relação deve ser harmônica e sustentável em todos os sentidos. Este princípio vem ao encontro da responsabilidade social empresarial sócio-ambiental adotada nos últimos anos também pelas empresas capitalista, principalmente nas questões relativas ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

A Tabela 1 apresenta de forma comparativa os enunciados dos princípios definidos pelos Congressos de Paris (1937), Viena (1966) e Manchester (1995). Questões pontuais

necessárias no contexto histórico durante a formulação dos princípios foram substituídas por outras mais adequadas ao contexto atual.

Tabela 01 – Revisão dos princípios cooperativistas pelos congressos da aliança Cooperativa Internacional		
PARIS -1937	VIENA- 1966	MANCHESTER -1995
1 – Adesão Livre	1 – Adesão Livre	1 – Adesão Voluntária e Livre
2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática	2 – Gestão Democrática pelos Membros
3 – Retorno "Pro-Rata" das Operações	3 – Distribuição das Sobras	3 – Participação Econômica dos Membros
4 – Juros Limitado ao Capital	4 – Taxa Limitada de Juros ao Capital	
- - - - - -	- - - - - -	4 – Autonomia e Independência
5 – Vendas a Dinheiro	- - - - - -	- - - - - -
- - - - - -	6 – Ativa Cooperação entre as Coopera tivas em todos os Planos	6 - Intercooperação
7 – Neutralidade Política Racial e Religiosa	- - - - - -	- - - - - -
- - - - - -	- - - - - -	7 - Interesse pela Comunidade

Fonte: ACI (in Klaes, 2005)

Os princípios instituídos pela cooperativa pioneira de Rochdale e reformulados pela ACI sempre nortearam o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro.

2.3. As cooperativas educacionais

Compreendendo o que é o movimento cooperativista sob o enfoque conceitual e prático será necessário aprofundar os conhecimentos a respeito das cooperativas educacionais, abordando objetivos, aspectos históricos, definições e classificações desse ramo do cooperativismo.

2.3.1. Definição de cooperativa educacional

Antes de abordarmos as características das cooperativas educacionais é necessário compreender as diferenças entre as cooperativas e as demais empresas existentes no mercado.

Caracterizar uma sociedade como cooperativa é uma tarefa árdua, uma vez que apenas a constituição jurídica não garante a atuação da "empresa cooperativa" de acordo com os princípios adotados pelo movimento cooperativista.

Não há consenso entre os estudiosos para denominar as cooperativas como "empresas cooperativas", mas este foi o termo utilizado por Pinho (2004) para relacionar as principais características das sociedades cooperativa, e como não é objeto deste estudo fazer a análise epistemológica dos termos empregados, para guardar a fidedignidade à autora, ele será empregado.

Para compreender as especificidades das cooperativas é necessário conhecer as principais características que as diferenciam das empresas de sociedade de capital.

Pinho (2004) considera sete características como sendo as diferenças fundamentais entre os tipos de empresa cooperativa e não-cooperativa. A cooperativa é:

a) Uma sociedade de pessoas; formada para prestar serviços e beneficiar os sócios-usuários;

b) Possui número ilimitado de associados[1];

c) Sua gestão ocorre através do controle democrático; e

d) A representatividade é apurada com base no número de sócios, independente do número de quotas-parte que eles representem;

e) As cotas-parte não podem ser negociadas com terceiros ou pessoas estranhas à sociedade; e

f) Fundamentalmente, as sobras alcançada pela empresa cooperativa são divididas proporcionalmente as operações realizadas entre cada sócio e a cooperativa.

Além de atender as características apontadas por Pinho (2004) as cooperativas educacionais possuem características que as diferenciam das demais cooperativas.

Para Oliveira (1994, p. 54) o cooperativismo educacional pode ser conceituado como o "conjunto de empreendimentos cooperativos que tem como objetivo promover a educação nas escolas, a fundação de estabelecimentos de ensino ou a manutenção de tais estabelecimentos"e complementa o conceito através da afirmação de Nascimento (1992) apud Oliveira (1994) afirmando que o cooperativismo educacional é uma proposta de gestão democrática na educação e para ser considerado bem sucedido precisa conciliar diretrizes do cooperativismo e diretrizes pedagógicas, ressaltando ainda que mais importante que o

---

[1] Sobre essa característica é necessário fazer um comentário, apesar dos estatutos preverem a livre associação, a admissão de um novo sócio é submetida a apreciação do conselho diretor, e só pode ser negada se houver uma razão justa, que é interpretada como a impossibilidade da cooperativa prestar o serviço a que se propõe de forma adequada. Citamos, como exemplo uma cooperativa de mão-de-obra terceirizada que não dispõe de mais postos de trabalho para absorver novos sócios, ou quando o candidato não atende as exigências de qualificação exigidas pelo estatuto.

discurso e a divulgação do movimento cooperativista é a interação dos princípios cooperativistas na prática pedagógica, ou seja, interação entre a prática e a teoria.

Outra definição que abrange senão toda a complexidade do cooperativista, mas a maior parte de seus elementos é apresentada a seguir:

> Tipo de empreendimento educacional destinado a oferecer educação formal aos cooperados, seus filhos e outros dependentes, assim como às pessoas da sociedade, garantida financeiramente por intermédio de determinada empresa cooperativa (entidade mantenedora) criada com tal finalidade, de forma que não incentive e vise a lucro, muito menos extraia mais-valia por meio das atividades escolares e culturais que venha a desenvolver, com gestão administrativo-pedagógica participativa e coletiva dos associados, devendo possuir projeto político pedagógico (contendo filosofia definida, objetivos educacionais, níveis de ensino a serem oferecidos), proposta pedagógica (com proposição de uma educação alternativa e pautada nos valores do cooperativismo) e projeto de viabilidade econômica e administrativa (claro e exeqüível). (GOMES, 2006, p.12)

Segundo os autores, para atender a definição de cooperativa educacional, é necessário que as escolas cooperativas pautem os seus trabalhos nos valores cooperativos, além de aplicá-los em sua gestão.

2.3.2. Objetivos das cooperativas educacionais

A partir das definições de cooperativas educacionais veremos os seus objetivos atribuídos a este ramo do cooperativismo.

Gomes (2006) salienta que o objetivo da criação de cooperativas educacionais deu-se pela necessidade de ofertar ensino formal regular em condições econômicas e financeiras adequadas às condições sócio-econômicas de um grupo de famílias de classe média que até então tinham seus filhos freqüentando escolas particulares, o processo foi desestimulado no período da ditadura militar devido a pouca liberdade para a consecução de projetos associativistas, principalmente de caráter educacional, mas na década de 80, o processo volta com todo vigor e passa a fazer parte da história educacional brasileira.

Nascimento (2000) tece suas considerações a respeito do papel das cooperativas educacionais:

> A auto-gestão no cooperativismo e na educação não é uma proposta alternativa ao ensino público e nem pretende deslocar interesses das chamadas escolas particulares. O Estado deverá continuar com seu papel constitucional e as escolas mercantis devem manter o espaço do qual se acham donas, por isso que a cooperativa educacional não pode ser criada de acordo com os mesmos parâmetros e conteúdo. Se concebidas de forma adequada poderão, isto sim, com as inovações que introduzir, promover substanciais avanços qualitativos nos dois segmentos, em benefício do conjunto da população.

> A escola cooperativada é uma opção de qualquer grupo que pretenda, de forma responsável e conseqüente, direcionar a educação de pais, filhos e dependentes, portanto, de característica essencialmente privada. (NASCIMENTO, 2000 , p. 19 e 20)

Enquanto Gomes (2006) ressalta o objetivo financeiro para a constituição da cooperativa educacional, ou seja, a oportunidade de gerenciar de forma direta os recursos destinados a educação dos dependentes dos associados, Nascimento (2000) destaca a inovação na gestão possibilitando o direcionamento das ações educacionais de forma que atenda as expectativas do grupo.

A OCB (2008) no entanto, ressalta o objetivo social e ideológico das cooperativas educacionais em detrimento ao aspecto econômico. Destaca ainda que o bem maior deste segmento é a formação educacional da criança e do adolescente melhor preparado e capaz de intervir como agentes na história e por este motivo o seu êxito não deve ser mensurado através das sobras como nos demais segmentos.

2.3.3. Histórico das cooperativas educacionais brasileira

Diante dos objetivos é necessário estudar como as cooperativas educacionais vêm se estabelecendo no cenário nacional como veremos a seguir.

A primeira experiência brasileira e latino americana do cooperativismo envolvendo estabelecimentos de ensino surge em março de 1948 na cidade de Belo Horizonte/MG, com a fundação por professores da instituição Escolas Reunidas Cooperativa Limitada, que depois passou a chamar-se Cooperativa de Trabalho Educacional Ltda (Cotel). O Colégio Tito Novais, primeiramente batizado por Escola Técnica de Comércio Tito Novais, mantido pela Cotel, foi criado em 1950 visando ofertar ensino fundamental, curso pedagógico, e curso Técnico- comercial e de Contabilidade. (GOMES, 2006)

Segundo Gomes (2006) outras experiências cooperativistas ocorreram: no Estado do Rio de Janeiro na década de 50 através da criação de uma associação educacional entre pais de alunos e pessoas da comunidade; e no Estado de Goiás na década de 70, através da criação de cooperativa educacional; na década de 80 é formada uma cooperativa de professores da rede pública e da rede particular no Distrito Federal.

A Cooperativa Mangueira é um exemplo dessas experiências, Pereira e Pereira (1985) relatam a criação da Escola Mangueira, formada por pais de alunos, entre 1977 e 1985 na cidade de Contagem/MG. O texto dá ênfase maior às práticas pedagógicas, mas é possível encontrar nas descrições das atividades administrativas a gestão participativa entre os pais dos

alunos e a dificuldade em manter a participação de todos associados no processo de gestão, além do rateio em partes iguais das despesas escolares entre os pais, sem visar à geração de lucro.

No entanto, há poucos estudos sobre essas experiências, que não alcançaram expressividade nacional. O fator mais relevante para que essas experiências não sejam reconhecidas é desvinculação delas a OCB. (GOMES, 2006)

O marco de surgimento do cooperativismo de ensino é considerado pela OCB a criação da Cooperativa de Ensino de Itumbiara (CEI), mantenedora do Colégio Cora Coralina, em 15 de dezembro de 1987. (OCB; 1993 apud OLIVEIRA, 1994).

Conforme Gomes (2008) a criação da CEI, leva a OCB reconhecer o ramo educacional a partir de então, apesar dos 40 anos de história já experienciados pela Cotel.

É necessário reconhecer que a CEI inaugura um forte movimento de criação de cooperativas educacionais, muito provavelmente devido à influência do período de reivindicações de mudanças político-sociais vivenciados pela sociedade brasileira entre as décadas de 80 e 90. (GOMES, 2006)

A expansão do ramo educacional também pode ser verificada pela diversidade de cooperativas que atuam no ramo educacional. Para facilitar a análise elas podem ser classificadas de acordo com a origem dos sócios ou de acordo com a função assumida pela cooperativa no processo educacional.

2.3.4. Classificação das cooperativas educacionais

Para compreender a diversidade das cooperativas educacionais será necessário ver como elas podem ser classificadas, apesar de não haver um consenso entre os teóricos como veremos no tópico.

Diante das definições de cooperativa educacional, a OCEMG (2006) divide o ramo da cooperativa educacional em três segmentos: Cooperativas de alunos de escolas agrícolas; Cooperativa de pais de alunos; e Cooperativas de professores, classificação muito semelhante à fornecida por Pinho (2004) e adotada pela OCB (2008) que indica a composição do ramo por cooperativas de professores, de alunos de escolas agrícolas, de pais de alunos e de atividades afins.

Embasado em sua experiência, Nascimento (2000) evidencia a existência de quatro configurações de cooperativas no ramo educacional. A primeira delas formada apenas por pais, a segunda por professores, a terceira pela associação de pais e professores e a quarta são as cooperativas mantidas pelo setor público.

Oliveira (1994) classifica as cooperativas educacionais em quatro grupos baseadas principalmente no papel assumido pelos cooperados no empreendimento, sendo elas: Cooperativa-Escola; Cooperativa Escolar; Cooperativas de Professores (ou de Trabalho) e Cooperativa de Ensino.

a) Cooperativa-Escola – São formadas basicamente por alunos de escola técnica ou de nível superior de cursos agropecuários e comercializam os excedentes e auxiliam a manutenção da escola. (Oliveira, 1994).

O seu funcionamento fundamentam-se na Lei nº 5.764, Resolução CNC nº 23/82 e

> [...] à portaria do MEC n° 4.033 de 24/11/2005, que regulamenta o novo perfil das cooperativas-escolas, bem como suas relações jurídico-formais com as instituições federais de educação profissional e tecnológica, cuja finalidade é educativa e tem por objetivo o desenvolvimento dos princípios cooperativistas e apoio a projetos pedagógicos das instituições de ensino. (COETAGRI).

As Cooperativas das Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo estão vinculadas ao Centro Paula Souza "têm seu funcionamento autorizado pela Deliberação CEETEPS nº 17/94" (Centro Paula Souza, 2008)

Para exemplificar a atuação dessas cooperativas podemos citar Marques e Love (1993). Eles relatam a experiência da cooperativa–escola na Escola Técnica Agrícola de Inconfidentes/MG que foi criada para atender a quatro objetivos: a) fornecer insumos e serviços às atividades curriculares da escola técnica; b) possibilitar a prática do cooperativismo para os alunos da disciplina cooperativismo; c) comercializar a produção da escola para financiar as atividades de produção; e d) fornecer produtos ao refeitório da escola.

Nesta experiência, é possível verificar a preocupação em propiciar a vivência prática na administração de empreendimentos cooperativos aos alunos, sem, contudo, perder de vista a importância da compreensão teórica envolvida no modelo de produção cooperativista.

Oliveira (1994) ressalta que este tipo de cooperativa era patrocinado pelo Ministério da Educação e da Cultura, pois a maior parte das instituições de ensino que possuíam Cooperativas-Escola eram Escolas Técnica Federais.

Atualmente não estão disponíveis muitas informações sobre a situação das cooperativas-escola, mas o CINTEFOR (2008) aponta a experiência de cooperativas-escola do Estado de São Paulo como uma experiência notória e bem conceituada. Essas cooperativas são vinculadas as Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo, que por sua vez são administradas pelo Centro Paula Souza.

Em seu sítio eletrônico, o Centro Paula Souza informa a participação de mais de 3000 alunos, de 30 escolas diferentes, participando das cooperativas-escola, mas as informações estão restritas a esses dados não sendo possível obter maiores informações sobre a atividade dessas cooperativas.

Ribeiro (2007) desenvolveu um estudo comparativo sobre a experiência cooperativista na Escola Estadual Técnica Agrícola Guaporé e na Escola Agrotécnica Estadual Achilino de Santis do Estado do Rio Grande do Sul, mas o seu enfoque prioriza a concepção teórica e a vivência prática do cooperativismo pelas comunidades escolares, não apresentando dados sobre a situação sócio-econômica atual dos estabelecimentos.

É possível encontrar outras cooperativas-escolas em diversas regiões do país, como por exemplo: Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves Ltda, Cooperativa-Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá Cooperativa-Escola dos Alunos da EAFMuz Ltda, mas também não estão disponíveis informações mais detalhadas sobre as condições atuais dessas sociedades. [2]

b) Cooperativa Escolar – Segundo Oliveira (1994) são cooperativas constituída por alunos de primeiro e segundo graus (atualmente ensino fundamental e médio) sob a responsabilidade dos professores visando à aquisição de materiais didáticos e outros insumos escolares além de propiciara formação cooperativista dos alunos.

O ápice deste tipo de cooperativa se deu entre as décadas de 40 e 60 (OLIVEIRA, 1994). As características se assemelham à cooperativa de consumo, no entanto, as cooperativas de consumo foram desestruturadas após a reforma tributária de 1965/1967.

A única informação recente refere-se à presença da Cooperativa Escolar na Estrutura Organizacional do Instituto de Educação Estadual de Maringá, a sua definição coincide com a exposta por Oliveira (1994), mas não há informações detalhadas sobre as atividades da cooperativa.

A Cooperativa Escolar é um órgão cooperador, ligado a APM do Estabelecimento, que visa atender o aluno e a comunidade na comercialização de materiais escolares e uniformes, dando assistência aos alunos carentes. (Instituto Estadual de Educação Estadualde Maringá 2008) Cooperativas de Professores (ou de Trabalho) – Neste tipo de cooperativa, o grupo de professores ou profissionais da educação constituem a cooperativa para fundar a escola. Os professores são donos do empreendimento educativo, e, portanto guarda relação tanto com as

---

[2] Os exemplos citados são escolas-cooperativas com dados publicados em páginas eletrônicas: http://www.cefetbg.gov.br/coop-alunos.php; http://www.cefet-cuiaba.edu.br/cooperativa.htm; e http://www.eafmuz.gov.br/modules.php?name=institucional&&file=projetos (acessado em 10/06/2008)

cooperativas educacionais quanto com as cooperativas de trabalho, de acordo com Oliveira (1994), e complementa seu raciocínio afirmando que no período de seu estudo, esta forma de cooperativismo estava em ampla expansão. Essa informação corrobora com os dados de Schulze (2002) quando afirma que a partir da década de 70 as cooperativas de trabalho se tornam as mais numerosas dentre a classificação da OCB.

Nascimento (2000) argumenta que este tipo de cooperativa terá sempre um número limitado de cooperados devido ao limite imposto pela demanda atendida pela escola. Ele ainda aponta a limitações do ponto de vista operacional e conceitual, pois o caráter corporativo de classe se mantém e a capacidade de formação de capital necessária à ampliação das atividades escolares fica restrita a um pequeno número de sócios.

Por outro lado, muitas críticas são feitas a esse tipo de cooperativa devido ao argumento de precarização da relação de trabalho (GOMES, 2006). Essa crítica está intimamente relacionada às críticas que são feitas ao ramo do cooperativismo de trabalho (DRUMOND, 2006).

Segundo a Drumond (2006), para evitar tal problema é necessário diferenciar as cooperativas de fachada das cooperativas autênticas. Seguindo seus argumentos, as cooperativas de fachada são aquelas que se utilizam os benefícios concedidos aos empreendimentos cooperativos, o que possibilita a flexibilização das relações trabalhistas e diminuição dos custos, sem, contudo possibilitar a atuação dos "cooperados" na gestão participativa do empreendimento, divisão das sobras do exercício e outras características de uma verdadeira cooperativa.

A situação pode agravar-se de tal forma, a ponto da empresa constituir sua cooperativa, definir o administrador e convidar seus funcionários para associar-se. (DRUMOND, 2006).

Muitas vezes o trabalhador desconhece a prática cooperativista, abre mão de seus direitos trabalhistas e aceita compor o quadro de associados da cooperativa para evitar o desemprego ou conseguir a colocação no mercado de trabalho estando subordinado a mesma relação trabalhista de empresas comuns por um lado, mas sem acesso aos benefícios previstos em lei por outro. (DRUMOND, 2006)

Drumond (2006) ressalta mais uma vez, que não basta à alteração na razão da natureza jurídica da sociedade para a formalização de uma cooperativa de trabalho, é necessário a existência da participação democrática e de equidade na distribuição dos rendimentos para que a cooperativa de trabalho seja realmente considerada e beneficiada como tal.

A experiência das escolas cooperativas de Maringá foi documentada e indicada como alternativa de melhoria do ensino através da publicação do CENPEC (1993), no entanto são severamente criticadas por Gomes (2006).

Nascimento (2000) critica duramente a atuação das cooperativas, no que ele chama de "assunção de responsabilidades do poder público" (p 19), mas ele não fornece elementos para confirmar a experiência que é criticada, no entanto, devido ao conteúdo de seu discurso é possível inferir que são as criticas são direcionadas as experiências semelhantes às relatadas pelo CENPEC (1993). Seus argumentos são:

> [...]são verdadeiras aberrações e devem ser citadas aspeadas. Nada tem a ver com cooperativismo e significam apenas uma fuga disfarçada do Estado (município, estado ou união) dos seus deveres constitucionais de manutenção do ensino público, criando uma situação insustentável a médio e longo prazos, além de gerar expectativas impróprias a respeito do papel das cooperativas, pois os usuários passam a considerá-las meras extensões do poder público. Aos professores seguramente é propiciada uma situação pior do que a anterior, enquanto servidores, e o exemplo mais patético de como a intervenção dos agentes públicos se opera de forma deplorável. As cooperativas continuam sendo empresas privadas que, pela extensão dos indiscutíveis benefícios de natureza social que podem gerar, devem ser apoiadas pelo Estado de forma adequada, mas os sócios devem ter consciência das responsabilidades inerentes a criação de uma cooperativa, do ponto de vista de sua capitalização e manutenção, para optarem pela educação privada. E essa opção não pode ser de governos que querem se desobrigar dos encargos educacionais, colocando "sócios", professores e estudantes à reboque de interesses subalternos. (NASCIMENTO, 2000 p 19)

Apesar do nome de cooperativa, ao conhecer os detalhes de atuação dos empreendimentos fica clara que a melhor definição é a de Microgestão privada, pois as atividades dessas escolas não estavam baseadas nos princípios cooperativistas como: Gestão e controle democrático; Participação econômica dos sócios; e Autonomia e independência.

Apesar da melhoria dos indicadores acadêmicos apresentados pelo estudo do CENPEC (1993), a experiência não pode ser classificada como experiência cooperativista de acordo com a afirmação de Drumond (2006).

Atualmente outra polêmica se apresenta em relação à atuação das cooperativas de professores como profissionais terceirizados das escolas particulares. Muitas escolas particulares vêm passando por problemas financeiros e visando a redução dos custos da folha

de pagamento, passaram a requisitar a atuação dos professores através de empresas jurídicas, dentre elas as cooperativas de trabalho. Enquanto alguns juristas e tributaristas são favoráveis a essa nova relação trabalhista outros são contrários devido à decisão pretoriana que proíbe a contratação sem a observância da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) de profissionais que exercem a atividade fim do negócio. Essa também é a interpretação dos Procuradores Federais que impetraram ações civis e penais a instituições que adotaram este regime de contratação alegando que há subordinação dos professores a direção das escolas, mas são impedidos de receber os direitos trabalhistas. (Uol, 2008)

D) Cooperativa de Ensino – As cooperativas são formadas pelo grupo de pais que se organizam para criar e manter escolas, tentando equacionar os problemas relacionados à qualidade de ensino ofertada aos seus filhos e o alto custo das mensalidades cobradas no mercado, até de questões relacionadas à compra de insumos escolares. A proposta da cooperativa é oferecer ensino de qualidades rateando as despesas pelo número de alunos da escola. (OLIVEIRA, 1994)

Nascimento (2000) defende que este tipo de cooperativa também possui limitações, por ser formada apenas por pais de alunos e pode incorrer no erro de transformar o estabelecimento educacional em mais uma entidade que visa apenas a exploração da mão de obra dos professores e funcionários sem atentar para a melhoria das condições dos profissionais da educação, sem a preocupação da manutenção da qualidade de ensino em detrimento das questões financeiras, interferindo muitas vezes até nos processos didático-pedagógicos do colégio devido ao poder econômico exercido pelos associados, uma vez que são os mantenedores das escolas.

Para superar as dificuldades apresentadas tanto pela cooperativa de professores quanto pela cooperativa de pais de alunos, Nascimento (2000) defende a formação das cooperativas de pais e professores como a alternativa viável. Desta forma seria possível conciliar os interesses utilitaristas de cada grupo redução do valor do custeio das mensalidades para os pais e remuneração melhor para os professores com melhorias das condições de trabalho sem, contudo, que um influencie predatoriamente os interesses do outro grupo, preservando dessa forma a qualidade de ensino, uma vez que a escola se torna um projeto conjunto de pais, professores e alunos.

O autor destaca a necessidade em definir no estatuto da cooperativa claramente o papel de cada associado na instituição. A contribuição e a participação de todos os associados precisam existir na cooperativa educacional, mas não pode ser aceito a interferência dos sócios nas questões econômicas em detrimento das questões pedagógicas. A independência da

área pedagógica deve ser garantida nos limites da lei e do Estatuto e a escola deve ser a própria cooperativa, como defende em sua a afirmação

> A cooperativa é a **própria [grifo do autor]** escola e não uma mantenedora, que poderia criar uma escola em cada esquina. Isso seria uma descaracterização do cooperativismo, que é um processo interativo de várias pessoas com motivações individuais, completamente dissociadas, mas que se confundem no núcleo básico que é a empresa cooperante. Quanto mais se fragmenta mais perde essas características. (NASCIMENTO 2000, p. 22)

A COOPEDI – Cooperativa Educacional de Itabuna Ltda foco da pesquisa realizada por Bonfim (2003) é um exemplo singular do modelo proposto por Nascimento (2000).

Diante das diversas classificações das cooperativas dentro do ramo educacional é possível ver a amplitude de atuação delas na sociedade brasileira.

Segundo a OCB (2007) em 2006 eram filiadas a OCB 327 Cooperativas Educacionais com 69.786 associados e 2.808 funcionários. Em 2008 os dados foram atualizados até dezembro de 2007, e segundo a instituição havia 337 Cooperativas Educacionais, representando 4% das cooperativas brasileiras, com 62.152 associados e 2913 funcionários. (OCB; 2008)

Nestes dados não fica claro se estão inclusos as cooperativas de professores que podem ser identificadas como cooperativas de trabalho. Caso os dados das cooperativas de professores estejam compilados nas estatísticas do ramo de trabalho, as informações não estão organizadas por categoria profissional, o que seria necessário para apurar os números referentes a estas cooperativas.

Torna-se imprescindível fazer uma ressalva neste aspecto, como a partir da Constituição Federal de 1988 o registro da Cooperativa na OCB deixou de ser obrigatório (SILVA FILHO; 2007). Portanto, os dados fornecidos pela OCB podem estar defasados, mas não há outra fonte de pesquisa que possua os dados compilados.

Como Drumond (2006) frisa, outro aspecto que precisa ser considerado é que a simples alteração da natureza jurídica não caracteriza uma cooperativa, para isso, é necessário aplicar os princípios cooperativistas para a validação do empreendimento como cooperativa, e desta forma esses dados podem não refletir a realidade das cooperativas educacionais.

Convergente com esta afirmação, Nascimento (2000) defende um papel específico para as cooperativas educacionais, uma vez que se constata a carência de educação cooperativista em nossa sociedade o papel dessas cooperativas vai além da constituição de

escolas, elas teriam o papel fundamental na formação da juventude com cultura cooperativista.

Desta forma se faz necessário abordar os alguns aspectos referente à Educação Cooperativista relacionando-os as cooperativas educacionais.

2.4. Educação Cooperativista

A educação sempre esteve presente na história do cooperativismo, e tornou-se um dos pilares de sustentação do movimento. A partir de agora abordaremos o conceito de educação cooperativista e algumas ações que visam divulgar e implementar o conceito, como o SESCOOP, organismo criado pelo governo brasileiro para fomentar a educação e a promoção social cooperativista, vem atuando.

2.4.1. Conceito de Educação Cooperativista

Schneider e Hendges (2006) apontaram nas definições dos princípios do cooperativismo a importância dada ao quinto princípio no Congresso de Manchester -1995, considerando-o como a "regra de ouro", mas é necessário explorar as questões relacionadas à Educação Cooperativista, que se apresenta sob várias perspectivas.

É necessário considerar que penas a temática "Educação" é tão complexa que muito já se escreveu e nenhum de seus aspectos pôde ser esgotado. Por questões metodológicas será adotado o conceito Libaneo onde a educação pode ser considerada: "o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais" (LIBANEO, 1998, p. 22 apud FRANTZ 2001 p. 243)

Diante dessa definição constatamos que a educação permeia grande parte das relações humanas, mas restringiremos a abordagem estudando apenas a relação da cooperação com a educação, histórico das abordagens recomendadas pela ACI, a importância prática para a aplicação da educação cooperativista e algumas experiências de abordar a educação cooperativista desvinculada diretamente das cooperativas.

A educação e a cooperação são práticas sociais intimamente relacionadas, muitas vezes sendo possível identificar uma dentro da outra, sendo sempre desejável, e quando isso ocorre as duas práticas são potencializadas como processos sociais. (FRANTZ, 2001)

Para Frantz (2001) a prática cooperativa exige de seus associados a comunicação, argumentação, decisão, ou seja, são produzidos conhecimentos, aprendizagens, educação

interlocução dos saberes como um processo complexo de relações humanas. Neste contexto não há como dissociar a prática cooperativista da prática educativa.

Drimer e Drimer (1981) demonstram a preocupação com a educação cooperativista presente entre os pioneiros de Rochdale, pois no estatuto original e em suas adequações já havia a inclusão de afirmações sobre a importância da educação entre os associados. A preocupação dos pioneiros transcendia o discurso e pode ser verificada devido às ações implementadas, como a formação de uma biblioteca, a organização de cursos e ciclos de conferências, tudo isso, em um período em que a educação não era acessível aos trabalhadores fabris.

Complementando seu argumento Drimer e Drimer (1981), demonstram a especial importância concedida ao tema comentando a decisão dos cooperados de Rochdale em destinar o valor de 2,5% das sobras anuais e os valores arrecadados com as multas aplicadas para um fundo comum. O fundo destinava-se a custear a educação dos associados e de seus familiares, e segundo o estatuto, estas ações deveriam estar pautadas na abordagem da democracia econômica e do êxito da organização.

Por outro lado Schneider e Hendges (2006) sinalizam a pouca clareza dos cooperados de Rochdale a respeito das diretrizes e objetivos que a educação cooperativista deveria assumir quando relatam que um dos primeiros cursos oferecido versava sobre astronomia.

Fica claro que desde a criação da Cooperativa de Rochdale de alguma forma a necessidade da educação está presente nos princípios do cooperativismo, mas a ACI, ainda na década de 30, percebe o tratamento obscuro dispensado a este princípio e a partir de então dedica especial atenção para este princípio.

Em 1934, a Comissão Especial da ACI, conclui em sua análise, que a educação cooperativista não almejaria complementar o currículo básico escolar, mas devia dedicar-se ao aprimoramento dos aspectos ligados ao cooperativismo como métodos e princípios e desta forma fomentar a cidadania dos participantes das cooperativas, de acordo com Schneider (2003).

A educação básica poderia estar presente, apenas quando fosse necessário para facilitar o acesso aos conteúdos especializados e específicos do cooperativismo. Este argumento da comissão foi sustentado pela verificação da expansão e democratização do ensino primário.[3] Desta forma as cooperativas poderiam direcionar seus recursos e esforços para outras questões (SCHNEIDER, 2003)

---

[3] Nos anos iniciais da Cooperativa de Rochdale, não havia preocupação do Estado em oferecer educação básica a toda a população, responsabilidade assumida algumas década depois.

O autor ainda comenta, que segundo o parecer da comissão, a questão sobre a educação cooperativista não gerava polêmica, mas em muitos países os recursos destinados às atividades educacionais não eram aplicadoe forma adequada ou eram utilizados para outras finalidades.

Schneider (2003) aponta mais duas ocasiões onde a Comissão Especial postulou sobre a educação cooperativista, as ocasiões foram: no 23° e 24° Congresso da ACI, nos anos de 1966 e 1969 respectivamente.

No Congresso de 1966, a observação mais relevante versa sobre a necessidade da educação cooperativa transcender a formação acadêmica, pois deve ser considerada um processo contínuo, por toda a vida. Na mesma oportunidade, também atribuiu a responsabilidade da educação a todas cooperativas, mas conferiu importância adicional às cooperativas de segundo e terceiro grau, que a partir de então, ficaram responsáveis pela implantação da infra-estrutura de suporte para o desenvolvimento das ações educacionais das suas filiadas. (SCHNEIDER, 2003).

Sobre a posição assumida pela Comissão Especial no 24° Congresso da ACI, Schneider (2003) ressalta a relevância dada ao processo educacional. Este deveria atender a necessidade e as expectativas dos associados nas questões administrativas e financeiras da cooperativa; além do cuidado que deveria ser dispensado aos procedimentos de comunicação, pois segundo a avaliação da Comissão, durante a história do cooperativismo foram acumulados muitos conhecimentos e na maioria das vezes, esses conhecimentos não estavam acessíveis aos sócios das cooperativas.

Atualmente, após o Congresso da ACI em 1995, o princípio deixa explicito que a educação é um grande universo, envolvendo de forma robusta a capacitação e a informação, e deve atender os sócios, os dirigentes, os funcionários e a comunidade, segundo Schneider e Hendges (2006). Não significa dizer que se espera da educação cooperativista a formação de toda a sociedade, mas é necessário que os conhecimentos não fiquem restritos a um grupo pequeno de pessoas ligado a cooperativas, uma vez que a cooperativa esta inserida em uma sociedade que deve compreendê-la e respeitá-la. (SCHNEIDER; HENDGES, 2006)

Desta forma, Schneider e Hendges (2006), relembra a necessidade de possibilitar o conhecimento cooperativo a todas as faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos, destinando atenção especial aos jovens e líderes.

E ressalta que neste aspecto é necessário valorizar o técnico responsável pelo processo educativo, uma vez que além dos conhecimentos referente ao cooperativismo é necessário ter domínio metodológico adequado para alcançar todos os públicos da educação cooperativista

visando sempre o desenvolvimento da criatividade e do protagonismo, uma vez que se espera contribuir para a formação de cidadãos críticos com capacidade de questionar e melhorar tanto as cooperativas quanto a sociedade em geral, e nunca a lavagem cerebral ou uma atuação mecanicista dos cooperado. (SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

De forma simples, Pinho (2004, p 1978) define o objetivo da educação cooperativista como sendo "despertar a consciência de grupo para participação solidária dos membros no empreendimento cooperativo."

Educar cooperativamente, segundo a autora, seria incentivar o trabalho em equipe, somando esforços quando a ação isolada do indivíduo não supre suas necessidades e do grupo, visando a soluções dos problemas da cooperativa, mediado pelo "elevado comportamento ético" (PINHO, 2004 p. 180) sustentado pelos valores da democracia cooperativa, solidariedade e entre ajuda, possibilitando a atuação cidadã do cooperado, conhecendo seus direitos e deveres, e exercendo-os na sociedade.

Para Frantz e Schönardie (2007) o processo da educação cooperativa pode ser concebido como um processo complexo, carregado de vários sentidos promovido pelos processos de gestão ou de comunicação de cada cooperativa.

Afirmam que o papel da educação cooperativista é educar para a cooperação, o que significaria:

> [...] se opor ao sentido instrumental da educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência. (MÉSZÁROS, 2005 apud FRANTZ; SCHÖNARDIE 2007, p. 4 e 5)

Ou em outras palavras, a educação cooperativista precisa se opor a educação individualista para recuperar os espaços das relações cooperativas na economia sem, contudo, invadir o espaço da individualidade entendida como espaço de construção dos sujeitos e de sua liberdade. (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2007).

Os autores explicitam a preocupação para que o processo não fique restrito ao conhecimento técnico; a educação cooperativista precisa envolver as questões políticas da realidade social, pois a partir dessa compreensão os educandos (sócios, dirigentes, funcionários e comunidade) poderiam compreender o significado técnico e cultural de suas atividades.

Schneider (1979) salienta a necessidade da cooperativa investir na formação do homem cooperativo, participativo, solidário e responsável, mas sem deixar de lado a

necessidade de aprimorar as habilidades técnicas de produtor, poupador, prestador de serviços e consumidor.

Schneider (2003) ainda postula a necessidade de abordar três temas obrigatórios na educação cooperativista:

a) Informação adequada completa e atualizada sobre o que se sucede na cooperativa;

b) O conhecimento técnico adequado e atualizado onde o funcionário e sócios sejam capacitados em processos técnicos e que decorrem da dupla natureza como empresa e sociedade de pessoas; e

c) O conhecimento sociológico e econômico da cooperação como fenômeno social entre muitos outros.

O quarto tema segundo sua concepção seria recomendável, mas não obrigatório e refere-se ao: Conhecimento histórico da origem, evolução do movimento cooperativista, revezes conquistas, e filosofia.

A ACI frisa a necessidade da educação cooperativa centrar sua abordagem nos conceitos econômico e democrático, ou seja na compreensão da dupla finalidade das cooperativas, na sua dimensão de empresa e na dimensão social, referindo-se a adesão voluntária, caráter democrático na criação de uma empresa com a necessidade de atender as necessidades dos sócios através da prestação de seus serviços e não com a intenção de obtenção de lucro monetário. (KLAES, 2005)

Frantz e Schönardie (2007) defendem o espaço educativo das cooperativas. Este espaço deve estar apoiado em três bases fundamentais: o conhecimento teórico, a aquisição de habilidades técnicas e a sensibilidade ao caráter político das relações sociais, e afirmam que a cooperativa ao fazer uso do espaço educativo adquire importância social na qualificação do desenvolvimento regional.

Haveria duas vertentes essenciais para a abordagem da educação cooperativista no quadro social das cooperativas, de acordo com Klaes (2005) para garantir que o interesse dos sócios se sobreponha ao interesse do capital. Estas vertentes seriam tanto os princípios sociais quanto os empresariais envolvendo questões internas e externas das cooperativas devendo ser conhecidos, assimilados e vivenciados para que a cooperativa alcance a eficácia econômica, se tornando também uma organização humana diferente das demais.

Klaes (2005) aponta a educação cooperativa como a mais obvia vantagem das sociedades para o alcance de seus objetivos econômicos, pois aprofunda de forma singular as relações dos membros com a cooperativa, portanto segundo sua concepção é através da

educação cooperativista que os membros, dirigentes e empregados poderão engajar-se na compreensão da complexidade e da riqueza envolvida na teoria e na prática cooperativista, e desta forma alcançar as habilidades necessárias para desempenhar suas responsabilidades no cotidiano da instituição.

Segundo Frantz e Schönardie (2007) o surgimento das cooperativas que são utilizadas apenas como instrumentos de gestão de custos ou de objetivos de um empreendimento econômico e não a serviço de seus associados ocorre justamente em decorrência da falta de educação para a cooperação.

Os autores verificam como prática comum a vinculação das cooperativas apenas aos interesses capitalistas (financeiros) em detrimento dos interesses e necessidades dos associados, e diante deste fato, lembram que o espaço do cooperativismo podem ser cooptados pela cultura capitalista que privilegia o capital e não o trabalho.

Neste sentido, no sistema cooperativo não há hierarquia entre os princípios cooperativistas, mas Klaes (2005) e Schneider e Hendges (2006) destacam que a educação cooperativista se torna condição para aplicação dos demais princípios.

A perenidade do cooperativismo também é influenciada pela educação e informação cooperativista dispensada ao público em geral. Divulgar as questões, o espírito, a doutrina, a filosofia e a estrutura cooperativista propiciará que as pessoas que necessitem de algum tipo de serviço prestado por uma cooperativa, não tenham receios em procurá-las passando a participar em pé de igualdade com os outros sócios mais antigos (KLAES, 2005)

Todos os autores citados concordam sobre a importância dada à educação cooperativista, no entanto, não significa dizer que ela não encontra obstáculos para ser desenvolvida. Schneider (1979) aponta como principais problemas enfrentados na implementação da educação cooperativa: o predomínio da concepção de empresa em detrimento da característica de associação de pessoas; o desvio de recursos destinado a educação para outros fins como a capitalização da cooperativa, entre outros; a indiferença dos dirigentes para com o tema ou então a absorção de seus esforços e do quadro funcional para aspectos econômicos, justificável muitas vezes, pelo aumento diário da concorrência no mercado; falta de continuidade das ações educativas e de capacitação; carência de pessoas motivadas e empenhadas no desenvolvimento das atividades educativas; e por fim a carência de instituições centrais de educação cooperativa especializada.

Apesar da importância dada ao 5° princípio, o movimento cooperativista nunca conseguiu implementar grandes centros de estudos para o desenvolvimento das questões que o envolvem. Klaes (2005) destaca a existência de 4 grandes escolas sendo elas: Escola de

Nimes/França, Escola de Antigonish/Canadá, Escola de Frederico Guilhermo Raiffeisen e a Escola criada pela Cooperativa de Rochdale, que em 2005 ainda mantinha-se em atividade.

Outra experiência relatada por Klaes (2005) é a Universidade Cooperativa Internacional, que apesar de sua nomenclatura não se configura realmente em universidade, constitui-se mais como uma rede de intercambio para alunos, pesquisadores e professores, e centro de organização de estudos. AGITCOOP[4], e ALCECOOP – Associação Latino-americana de Centros de Educação Cooperativa também são organismos especializado em educação cooperativa. Mesmo com a atuação dessas instituições a implantação da educação cooperativista ainda não ocorreu em todo os âmbitos necessários.

Outros institutos como a Ecolé de Nîmes, Collège Cooperatif de Paris, Instituto de Estudos Cooperativos da Universitat Münster, Escuela de Administración Cooperativa da Colômbia dedicados a formação técnica e social do quadro das cooperativas, também podem ser citados, contudo o autor conclui sobre a pequena amplitude que o tema possui na formação superior no mundo.

Contextualizando a questão da educação cooperativista no cooperativismo brasileiro Frantz (1980) apud Frantz e Schönardie informa que as atividades educativas sempre foram valorizadas, e historicamente foram atribuídas diferentes funções como: “a promoção a fidelidade cooperativa, qualificação da organização do quadro social, homogeneização de valores e comportamentos associativos" (FRANTZ, 1980 apud FRANTZ; SCHÖNARDIE 2007, p.8)

Prevendo a necessidade de capitalização das cooperativas para a implementação de atividades de educação cooperativista e promoção social, a Lei n° 5764/71 (http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5764.htm acessado em 19/02/2008), em seu artigo n° 28, inciso II determina a criação de um fundo indivisível, o FATES: Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Este fundo deve ser formado pela contribuição de pelo menos 5% das sobras liquidas do exercício e pelo lucro resultante de operações com terceiros e pela participação da cooperativa em sociedades não-cooperativas e destina-se a assistência dos associados e familiares, e se previsto no estatuto, aos funcionários da cooperativa. (PINHO, 2004)

As cooperativas seguindo os princípios cooperativistas têm autonomia para gerir o fundo e podem utilizá-lo no momento que considerar mais adequado, mas não podem utilizá-lo com outras finalidades.

---

[4] Sem explicitação da sigla no texto original.

A institucionalização do FATES vem ao encontro da iniciativa das cooperativas que já destinavam parte de suas reservas para tal finalidade, mas Limberger (1979) aponta a imprecisão do artigo, pois não define claramente o percentual que deveria ser aplicado para cada finalidade do fundo.

Segundo a sua análise muitas vezes a cooperativa não tem clareza sobre a importância da Educação Cooperativista, quando não desviam de forma indevida o recurso para a formação de capital de giro devido a inegável dificuldade para capitalizar a sociedade cooperativa, acaba destinando senão a totalidade dos recursos a maior parte para a assistência técnica ou assistência social. Visando evitar o problema, Limberger (1979) defende que ao menos metade, ou seja, 2,5% das sobras líquidas das cooperativas deveriam ser destinadas apenas a Educação Cooperativista, replicando desta forma o mesmo percentual destinado a educação estabelecido pelos pioneiros de Rochdale.

A aplicação do FATES não precisa necessariamente ser aplicado diretamente em atividades educacionais desenvolvidas pelas cooperativas, Limberger (1979) destaca a possibilidade de concessão de bolsas de estudo a integrantes do quadro social ou funcionários.

Uma alternativa proposta pelo autor é a prestação de serviços mediante convênio entre as cooperativas e as instituições públicas e privadas de ensino, desde que estas sejam dedicadas à formação cooperativista.

Uma ressalva importante feita pelo autor seria a exigência de um compromisso formal firmado entre a cooperativa e o beneficiado com a bolsa de estudo, estipulando a sua volta à cooperativa concessora do benefício, pelo menos por um prazo mínimo, ou a restituição do valor do investimento realizado. Essa medida é fundamental para resguardar a cooperativa, que teria a garantia de usufruir as benesses de seu investimento ou em caso de afastamento do beneficiado, a cooperativa teria o seu investimento ressarcido a fim de não onerar a cooperativa.

Sobre as questões mais recentes, foi realizado um debate em dezembro de 2000 durante o XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo e do IIº Fórum Global da Aliança Cooperativa Internacional, sobre o tema “Comunicação, Educação, Informação e Marketing do Cooperativismo” (KLAES, 2005 p. 23). Ao final do congresso foi proposto à OCB a criação de um “Programa Nacional de Educação Cooperativista e Capacitação Profissional”.

O programa consistiria em através de parcerias com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), universidades, e outras instituições organizar o sistema de informação e comunicação, e desta forma criar um instrumento de grande relevância para a

educação e capacitação das cooperativas, mas autor aponta que os resultados não foram expressivos.

Uma experiência interessante apresentada por Frantz (2001) é a introdução da temática do cooperativismo nas escolas municipais da Região de Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul através da implantação do Programa de Cooperativismo nas Escolas, ou simplesmente, PCE. A temática foi trabalhada com alunos da rede publica de ensino durante o calendário letivo das escolas.

Buscando alternativas para a educação cooperativista e promoção social, no final da década de 90, o governo brasileiro vê a necessidade de criar uma instituição direcionada para estes fins. Surge então o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), como veremos no próximo tópico.

2.4.2 Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP

A instituição criada para fomentar a educação cooperativista será o próximo tema abordado. Os aspectos de sua criação e atuação serão analisados a partir de agora.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP foi criado a partir da Medida Provisória n° 1.715 de 03 de setembro de 1.998, reeditada em 26 de julho de 2001 sob o n° 2168 -39 e regulamentada pelo decreto n° 3.017 de 06 de abril de 1999. (SILVA 2005)

A definição apresentada pela própria entidade é:

> O SESCOOP é uma entidade paraestatal, um serviço social autônomo, e possui personalidade jurídica de direito privado, cuja criação foi autorizada por lei específica, com patrimônio próprio, para realização de atividades e serviços de interesse coletivo, sob normas e controle do Estado. As entidades paraestatais desempenham serviços não exclusivos do Estado, porém, em colaboração com ele; recebem incentivos do poder público e, por isso, estão sob o controle da Administração Pública e do Tribunal de Contas da União. (SESCOOP, 2008)

O SESCOOP é integrante do sistema “S” junto a outras entidades: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SESI - Serviço Social da Indústria; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio; SESC - Serviço Social do Comércio; DPC - Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Fundo Aeroviário - Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica; SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; SEST - Serviço Social de Transporte e SENAT -

Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (CARREIRA, 2006) e (Educação em Pauta 2008)

Sua origem é o desdobramento de um processo de apoio técnico dado as cooperativas agrícolas na década de 90.

Para orientar a reestruturação das cooperativas agropecuárias, que passaram por uma grande crise nas décadas de 80 e 90, surge o Programa Nacional de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias – RECOOP. Neste mesmo período foi verificada a proliferação de cooperativas, fato considerado uma resposta a crise econômica vivenciada pelo país, mas em muitos casos os conceitos cooperativos eram deturpados. Tentando evitar a formação de novas cooperativas esvaziadas da doutrina cooperativista, foi criado o SESCOOP. (OCB, 2008)

A criação de uma entidade que atendesse ao objetivo de fomentar a educação cooperativista foi discutida em muitos fóruns e eventos, em especial durante o XI Congresso Brasileiro do Cooperativismo de 1997. O SESCOOP reflete, portanto a expectativa do Sistema Cooperativista Brasileiro.

No relatório de Gestão 2006 do SESCOOP estão descritos seis objetivos para a entidade:

> **Organizar**, **administrar** e **executar** o ensino de formação profissional, a promoção social dos trabalhadores e dos associados e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional.
> **Operacionalizar** o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle em cooperativas, conforme consta do Regimento Interno deste órgão.
> **Assistir** as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica e contínua.
> **Estabelecer** e **difundir** metodologias adequadas à formação profissional e promoção social do trabalhador e do associado em gestão de cooperativas.
> **Exercer** a coordenação, supervisão e a realização de programas e de projetos de formação profissional e de gestão em cooperativas, para empregados, associados e seus familiares.
> **Assessorar** o Governo Federal em assuntos relacionados com formação profissional e de gestão cooperativista e atividades assemelhadas. (OCB, 2008)

Os objetivos propostos para a atuação do SESCOOP baseiam-se em três eixos de atuação: a) Ensino de formação profissional dos associados, dirigentes e funcionários, embasado nos princípios cooperativistas; b)Organização e promoção social, desenvolvimento de ações visando a melhoria da qualidade de vida de todos envolvidos na cooperativa e da comunidade; e c) Monitoramento/desenvolvimento das cooperativas, realizado através de assessoria e acompanhamento das cooperativas visando a qualificação das cooperativas na gestão de suas atividade preservando os princípios cooperativistas. (OCB, 2008 http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/sescoop/atuacao.asp)

O financiamento do SESCOOP pode ter diversas origens, como doações e legados; subvenções voluntárias dos entes governamentais, da prestação de serviços, alienação ou locação de seus bens, receitas operacionais, penas pecuniárias, mas a principal fonte sem dúvida é a contribuição compulsória na alíquota de 2,5% incidente sobre a remuneração dos empregados das cooperativas. (SILVA, 2005)

A presidência da entidade é destinada ao Presidente da OCB, o qual possui o voto de qualidade. A direção ou Conselho Nacional é composto por cinco membros da OCB; um membro dos trabalhadores em sociedades cooperativas e um membro de cada um dos seguintes Ministérios: Trabalho; Previdência e Assistência Social; Fazenda; Planejamento, Orçamento e Gestão; Agricultura e Abastecimento. (SILVA, 2005)

Existe uma unidade estadual do SESCOOP para cada estado brasileiro e cada uma possui autonomia para definir a utilização de seu orçamento, mas o direcionamento dos recursos precisa seguir diretrizes propostas pelo Conselho Nacional a quem cabe aprovar, monitorar e avaliar os planos estaduais. (OCB - Fórum do Sistema "S") http://www.brasilcooperativo.com.br/?tabid=227 consultado em 10/03/2008

Silva Filho (2007) lembra que a atuação do SESCOOP muitas vezes se confunde com atividade da OCB, pois as duas instituições agem em parceria, sendo comum até dividirem os mesmos espaços nas sede estaduais. O autor chega até a defender a unificação das duas instituições, pois em sua visão a atuação das duas entidades de certa maneira são equivalentes.

Silva (2005) faz uma severa crítica a estrutura institucional do SESSCOP, sua argumentação esta embasada na análise do conceito emancipatório das cooperativas que de certa maneira é contraditório a existência de funcionários, que vendem sua força de trabalho e não usufruem toda a potencialidade da cooperativa.

Sem entrar no mérito da questão, Pinho (2004) considera o órgão como o instrumento operacional mais importante da OCB, uma vez que ele preza pela qualificação do modelo cooperativista.

Na apresentação institucional da OCB (2008), são apresentados os seguintes dados referente a atuação do SESCOOP: 946 mil pessoas capacitadas em formação profissional, 479 participaram de atividades de promoção social e 354 mil ações de monitoramento de cooperativas, dados de 2006.

Os números disponibilizados pelo SESCOOP em sua página eletrônica (www.brasilcooperativo.coop.br) faz uma compilação de seus resultados durante os dez anos de sua atuação. Dentre os números divulgados, os mais relevantes são a capacitação de mais de 1 milhão de pessoa em seus programas, cursos, seminários e treinamentos; o benefício

através de promoção social de 500 mil empregados, associados e familiares; a publicação de 50 mil manuais, livros e cartilhas; e o envolvimento de 400 jovens e 42 instrutores no programa criado em 2007 de Formação de Jovens Lideranças Cooperativistas.

É importante ressaltar a atenção dispensada pelo SESCOOP ao público infanto juvenil. A implementação do projeto Cooperjovem, tem como objetivo incentivar o cooperativismo entre alunos do Ensino Médio e Fundamental. Nos últimos 4 anos, o programa atendeu por volta de 200 mil alunos, 4 mil professores e 716 escolas de rede pública e cooperativas de ensino.

Uma das ações do programa foi o lançamento em 2007 do I Prêmio Nacional de Redação do Programa Cooperjovem e contou com a inscrição de 15 mil redações de 192 instituições (escolas e cooperativas).

Visando dar visibilidade ao cooperativismo, outra ação relevante implementada pelo SESCOOP em parceria com a OCB foi a reformulação do portal eletrônico Brasil Cooperativo. O novo portal www.brasilcooperativo.coop.br foi divulgado no dia 28 de abril de 2008 e apresenta mais detalhes e informações sobre o movimento cooperativista no Brasil. Os boletins informativos do portal, também foram expressaram as expectativas das instituições responsáveis em ampliarem, em breve, os serviços e ferramentas disponibilizando pela página eletrônica, como biblioteca *on line*, educação a distância, rádio e televisão com o objetivo de fomentar a cultura cooperativista brasileira. (OCB, 2008).

Diante dos aspectos abordados, é possível constatar a importância atribuída ao tema de educação, formação e informação para o sistema cooperativista e como as cooperativas educacionais tem papel relevante para contribuir imensamente para a implementação desse princípio, se forem devidamente incentivadas e orientadas.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Objeto de estudo

Segundo as informações da OCB (2007), no Brasil em 2006 havia 327 cooperativas educacionais cadastradas na entidade, no entanto, esse número pode ser considerado aproximado uma vez que os dados não estão atualizados até o ano corrente, e principalmente pela possibilidade de haver cooperativas não filiadas a entidade, e portanto, não informadas neste levantamento.

Dentre um universo tão vasto e necessitando restringir a amostra foi definido o universo das quatro cooperativas educacionais cadastradas na OCESP na região de Ribeirão Preto, informação divulgada em sua página eletrônica (http://www.ocesp.org.br/sescoop consultado em 01/05/2008). Para compor a amostra foram selecionadas 2 cooperativas. A escolha da amostra foi acidental e como Richardson (1999) aponta, não será possível generalizar o resultado do estudo, uma vez que não há garantias de representatividade da amostra.

Para a definição da amostra optou-se pela amostra acidental, e pode ser definida como "subconjunto da população formado pelos elementos que se pode obter, porém se nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjunto dos universos" (Richardson, 1999. p 160). Este tipo de amostra se torna útil quando se investiga pela primeira vez o problema e não se tem clareza sobre todas as variáveis que devem ser investigadas, porém os resultados desse estudo podem direcionar futuros trabalhos.

As duas cooperativas que compuseram a amostra foram selecionadas por critérios de conveniência, devido a distância e facilidade de acesso entre a cidade da pesquisadora (Ribeirão Preto/SP) e as cidades onde estão sediadas as cooperativas.

O convite às instituições para participação da pesquisa foi formalizado através de carta conforme o Apêndice A e a concordância da instituição em participar do estudo foi formalizada pela entrega do Termo de Concordância conforme o apêndice B

A primeira cooperativa selecionada foi a Cooperativa Educacional de Araraquara/SP, mais conhecida como Coeducar.

A Coeducar está situada na cidade de Araraquara/SP que tem sua população estimada em 200 mil habitantes. Foi fundada no ano de 1994. A escola já comemorou 15 anos de

funcionamento e possui atualmente 2798 sócios, sendo que destes 423 são sócios ativos (com alunos matriculados na escola) e 2375 são inativos. A cooperativa atualmente está devolvendo as quotas-parte dos sócios que pediram demissão no ano de 2002.

A cooperativa é mantenedora da escola Coeducar e disponibiliza aos seus sócios turmas regulares de Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Atualmente ela é filiada a OCESP e enquadra-se na categoria de cooperativa educacional adotada pela entidade.

A segunda cooperativa solicitou que seus dados fossem mantidos em sigilo, e desta forma adotaremos o pseudônimo de Cooperativa X. Está localizada numa cidade de aproximadamente 35 mil habitantes e dista aproximadamente 50 Km da cidade de Ribeirão Preto.

A cooperativa foi fundada em 2001, e conta com 384 sócios entre ativos e inativos. Atualmente é mantenedora do Colégio E. A. G. D. J. que oferece cursos regulares de Ensino Fundamental e Médio. São oferecidos também cursos de Nível Superior através de parceria firmada como um grande grupo de Educação Superior, o mesmo grupo que é responsável pelo apoio pedagógico aos cursos do ensino Fundamental e Médio.

3.2 Procedimentos metodológicos

Foram elaborados dois instrumentos de pesquisa diferentes e a coleta de dados foi realizada de duas formas distintas.

O questionário direcionado a instituição (Apêndice C) foi estruturado com 26 perguntas abertas. As doze primeiras perguntas objetivavam caracterizar a cooperativa quanto aos dados de identificação (nome, data de fundação, quantidade de sócios, nível de ensino ofertado aos sócios, a caracterização dos sócios em sua relação com a escola, filiação a OCB e a existência de outros vínculos com instituições de ensino. As demais perguntas abrangeram diversos temas, desde o conceito sobre o cooperativismo, as características que tornam a cooperativa diferente das demais escolas, a importância e a forma pela qual o cooperativismo pode ser divulgado, forma de utilização do FATES e relacionamento com o sistema OCB/SESCOOP.

O respondente do questionário foi indicado pela cooperativa. Na Coeducar o questionário foi aplicado pela pesquisadora e o respondente foi o Diretor Administrativo Financeiro. Na Cooperativa X o questionário foi enviado ao Diretor Presidente e depois foi recuperado, devido ao longo período que ele se afastou das cidades da região por motivos profissionais.

Os dados sobre o conhecimento individual dos alunos sobre aspectos do cooperativismo foram coletados através da aplicação de um questionário com perguntas de respostas múltiplas com uma alternativa correta (Apêndice D).

O questionário foi composto por três partes distintas.

As primeiras três perguntas visavam a caracterização da amostra, as dez questões seguintes se referiam a aspectos históricos e conceituais sobre o cooperativismo e a última questão foi incluída para possibilitar a avaliação do instrumento pelos alunos, sendo reservado um espaço para considerações que estes julgassem necessário.

Uma medida necessária para evitar a contaminação dos dados foi a inclusão de uma alternativa que não influenciasse de forma equivocada a apuração dos dados nas questões de conhecimentos gerais, uma vez que, não havendo a alternativa, haveria 25% de probabilidade de acerto da questão. Desta forma, as perguntas de 4 a 10 possuíam 1 alternativa correta, 3 alternativas erradas e 1 alternativa "Desconheço".

Na tabulação, as perguntas que tiveram mais de 1 resposta assinalada ou que permaneceram em branco foram consideradas inválidas, e foram informadas tabeladas em uma categoria a parte.

As dez perguntas sobre conhecimentos gerais sobre aspectos do cooperativismo podem ser agrupadas em três temáticas. As perguntas P5, P6 e P10 foram perguntas de contexto histórico, as perguntas P4, P7, P8, P9 referiam-se ao cooperativismo sob os aspectos doutrinários e as perguntas P11, P12 e P13 versavam sobre aspectos administrativos da cooperativa.

Os questionários foram aplicados a uma turma do Ensino Médio de cada uma das cooperativas.

Para a aplicação do questionário individual (Apêndice 4) também foi utilizada a amostra acidental, sendo escolhida aleatoriamente uma das turmas do Ensino Médio de cada cooperativa.

A escolha da turma foi realizada pela instituição e o critério para a escolha foi o número de alunos em cada uma daa turma, sendo que o valor de referência solicitado pela pesquisadora foi o de aproximadamente 30 alunos. O questionário foi aplicado na sala de aula, ocupando parte de uma aula normal dos alunos e a duração da aplicação do questionário foi de aproximadamente 20 minutos para as duas turmas.

A Coeducar possui duas turmas para cada ano do ensino médio, e o questionário foi aplicado a segunda turma do segundo ano do ensino médio (2 E.M.2). No momento da

aplicação do questionário havia 29 alunos em sala de aula, e para efeito de tabulação dos dados foram identificados pela numeração de 1 a 29.

Na Cooperativa X, havia apenas uma turma para cada ano do ensino médio, e o questionário foi respondido pelos alunos do primeiro ano, no entanto, no momento da aplicação do questionário, havia na sala de aula alunos do segundo ano em sala de aula, e eles também participaram da pesquisa, desta forma 26 alunos do primeiro ano e quatro alunos do segundo ano do ensino médio responderam ao questionário, totalizando 30 alunos da cooperativa X identificados pela numeração de 30 a 59.

3.3 Variáveis

O presente estudo tem como variáveis básicas quantitativas:

I. A quantidade de anos que os alunos participam da cooperativa;
II. O número de questões respondidas corretamente pelos alunos das cooperativas no questionário, que será considerado o seu nível de desempenho.
III. Características das questões que apresentaram maior índice de acertos e erros de acordo com o desempenho dos alunos.
IV. Comparação do desempenho entre os alunos das duas cooperativas.
V. Avaliação do instrumento de pesquisa realizado pelos alunos.

3.4 Tratamento dos dados

Devido a características dos instrumentos de coleta de dados o tratamento dos dados recorreu tanto a abordagem quantitativa, quanto qualitativa.

O tratamento quantitativo foi realizado com os dados coletados nas perguntas do questionário de alternativas múltiplas (apêndice D), sendo utilizados freqüência de respostas, porcentagem e média aritmética. Este tipo de tratamento possibilita reduzir as informações a categorias, no entanto apenas o número não expressa a riqueza existente na informação, e desta forma a interpretação dele é quesito fundamental para a compreensão do dado. (TOLEDO & OVALLE, 1985)

Para a interpretação dos dados estatísticos foi necessário também recorrer às informações prestadas pela instituição. O tratamento qualitativo foi dado às questões abertas do questionário aplicado a instituição (Apêndice C) buscando a interpretação do conceito, opinião ou comportamento que se expressa através das respostas fornecidas.

CAPITULO IV

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 – Análise das informações institucionais.

Os dados para caracterização da amostra foram obtidos a partir da análise das respostas as questões P1, P2 e P3 do instrumento de coleta de dados individual (Apêndice D)

A distribuição dos alunos quanto a idade e ano letivo pode ser visualizada na Tabela 2. A amostra pesquisada foi formada por 59 alunos cursistas do ensino médio oferecido pelas cooperativas educacionais. Deste total, 49,15% eram alunos do segundo ano do ensino médio na Coeducar, ou seja 29 sujeitos e 30 alunos estudavam na Cooperativa X, o que corresponde a 50,85% da amostra. Na cooperativa X, 26 sujeitos (86,67%) cursam o primeiro ano do ensino médio e 4 alunos cursavam o segundo ano (13,33%). A faixa etária dos alunos está compreendida entre 14 e 18 anos, com predominância de 89% da amostra situada na faixa etária entre 15 e 16 anos. Diante desses dados a amostra pôde ser considerada homogênea.

Tabela 2: Caracterização da amostra em relação a idade e série atual do ensino médio

Idade	14		15		16		17		18	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Coeducar	0	0	8	27,59	20	68,97	1	3,45	0	0
Cooperativa X	3	9,99	17	56,66	8	26,66	1	3,33	1	3,33
Total da amostra	3	**5,08**	25	**42,37**	28	**47,46**	2	**3,38**	1	**1,69**

Série	1 E.Médio		2 E.Médio	
	N°	%	N°	%
Coeducar	0	0	29	100
Cooperativa X	26	86,67	4	13,33
Total da amostra	26	**44,06**	31	**55,93**

4.1.1 Visão sobre o Cooperativismo

As questões 13 e 14 buscavam elementos para identificar a visão que as cooperativas têm sobre o Cooperativismo e sobre ser uma cooperativa. Na resposta dos dois integrantes das cooperativas, o conceito de participação coletiva e democrática para o alcance de um objetivo comum ao grupo se fizeram presente, no entanto, os aspectos históricos ressaltando o cooperativismo como instrumento de transformação não foram abordados.

4.1.2 Diferenças entre as Cooperativas

A questão 15 buscava averiguar as características que diferenciam a cooperativa educacional das demais escolas.

A Coeducar falou sobre a participação democrática dos sócios nos rumos da cooperativa e a inexistência de um dono que dirige a escola, comparando a cooperativa as demais escolas.

Para a cooperativa X o destaque foi dado a formação cultural e o benefício econômico alcançado. O aspecto sobre a formação cultural não foi mais explorado pelo respondente e por isso não é possível compreender em qual sentido ele usou o termo.

A questão 16 abordava o principio de Educação, formação e informação. As respostas das duas cooperativas foram dadas sob ângulos completamente distintos. A cooperativa X falou sobre as reuniões desenvolvidas com os novos sócios para apresentação do Estatuto Social, dos integrantes da Diretoria e sobre a legislação cooperativista.

O integrante da Coeducar ressaltou o aspecto como objetivo da cooperativa e falou sobre a necessidade de instruir os alunos sobre o tema.

4.1.3 Importância das informações cooperativistas no processo educativo

As perguntas 17, 18, 19 e 20 versavam sobre a importância atribuída a transmissão de informações cooperativistas e como ela pode ocorre na instituição.

Na Coeducar o representante afirmou que as informações são transmitidas principalmente aos pais quando manifestam a intenção de matricular seus filhos na cooperativa e aos alunos quando são desenvolvidos os projetos multidisciplinares. Também apontou a página eletrônica da instituição como uma forma de comunicação com a comunidade, uma vez que há algumas informações sobre o cooperativismo publicadas neste veículo de comunicação.

Na Cooperativa X, baseada na resposta do representante pode-se dizer que o alcance do processo informativo restringe-se aos cooperados em seu processo de admissão, apesar do responsável avaliar como imprescindível abordar o assunto com as crianças, atualmente o tema não é mais trabalhado sendo que ele foi abordado quando a cooperativa participou do Coperjovem. Na pergunta 20 o respondente afirma que sala de aula é o espaço para a abordagem da doutrina cooperativista, mas não cita os associados como já havia citado anteriormente e uma vez que o tema não é mais abordado em sala de aula a importância atribuída ao tema não se confirma.

A resposta das duas cooperativas sinalizam que elas reconhecem a importância do tema, mas também apontam para uma postura que demonstra pouca ações práticas debater o tema dentro da instituição

4.1.4 Relacionamento das Cooperativas com o SESCOOP

As perguntas 22, 23 e 24 abordaram o relacionamento das cooperativas como o sistema SESCOOP. As duas cooperativas afirmaram já ter usufruído serviços prestados pela instituição a Coeducar estava afastada da OCB/SESCOOP nos últimos anos, mas regularizou a situação e pretende participar das atividades propostas, principalmente na área de capacitação profissional. A Cooperativa X já participou do Cooperjovem, enquanto a Coeducar afirmou conhecer o programa sem nunca ter participado.

O papel do SESCOOP aparece para a Cooperativa X mais sob os aspectos sociais do que educacionais.

Quando foi perguntada sobre a forma de auxilio que o SESCOOP poderia dar para a divulgação do cooperativismo, a Coeducar ressalta que o seu principal papel seria a mobilização da mídia para informar os benefícios decorrentes do cooperativismo e assim sensibilizar mais pessoas para o ingresso na cooperativa.

A cooperativa X fala brevemente da função educativa do SESCOOP através da promoção de treinamentos e destaca a função de promoção social citando a organização de jogos e intercâmbios culturais.

As respostas apontam uma relação distante entre as cooperativas e o sistema OCB/SESCOOP.

4.1.5 Uso do FATES

A questão 25 sobre a utilização do FATES demonstrou que o fundo não é utilizado por nenhuma das duas Cooperativas. A Coeducar admitiu a sua existência apenas contabilmente enquanto a Cooperativa X foi lacônica, dando a entender que utiliza como fundo de Reserva. A informação corrobora a afirmação de Limberger (1979) e Schneider (2003) quando eles aponta a dificuldade encontrada pelas cooperativas para aplicar o fundo de forma adequada como previsto em lei.

Em linhas gerais, é possível afirmar que apesar de considerarem importante abordar assuntos do cooperativismo com seus alunos, a prática educativa não ocorre sistematicamente em nenhuma das cooperativas.

As cooperativas não se reconhecem como agentes essenciais para a divulgação do cooperativismo e quando desenvolvem ações educativas está restrito ao seu público interno, e às rotinas de admissão dos novos sócios.

4.2 – Analise do desempenho dos alunos

4.2.1 Comparação do desempenho entre os alunos das duas cooperativas.

O Cooperativismo possui um vasto repertório de termos e conceitos que são utilizados de forma específica pelo movimento. A elaboração dos questionários institucional (Apêndice C) e individual (Apêndice D) priorizou a utilização dos termos usuais ao cooperativismo, em detrimento aos termos comuns, uma vez que o emprego adequado da terminologia é um fator que demonstra em certa medida a familiaridade com o tema.

A média de desempenho apresentada pelos alunos nas questões de conhecimentos geral sobre aspectos do cooperativismo (P4 a P13 do Apêndice D) foi de apenas 3,44 respostas corretas.

O resultado comparativo entre as duas cooperativas não teve diferença significativa, como podemos ver na Tabela 3. A diferenças entre as médias de acertos entre as cooperativas foi de apenas 0,59, ou seja, a diferença foi menor do que 1 questão.

Tabela 3: Análise do desempenho dos sujeitos: total de respostas corretas e média de acertos por cooperativa e geral

	Coeducar	Cooperativa X	Geral
	Respostas Corretas	Respostas Corretas	Respostas Corretas
Total	91	112	203
Média	3,14	3,73	3,44

Esse resultado surpreende se confrontarmos com as informações coletadas junto as instituições. Na resposta à questão 18, do Apêndice C, as cooperativas avaliam ser importante que os alunos conheçam o cooperativismo, mas os resultados se justificam, uma vez que o tema não é abordado profundamente por nenhuma das cooperativas.

Esse desempenho sinalizam a necessidade de estudar alternativas que possibilitem a abordagem do assunto com os alunos, buscando definir junto as instituições os objetivos, a importância do tema e a melhor forma de propiciar a abordagem

O resultado geral, não revela toda a riqueza contida nos dados. Desta forma, os dados precisaram ser analisados com mais detalhes para possibilitar a exploração mais detalhada sobre os resultados.

4.2.2 Nível de desempenho individual.

A tabela 4 apresenta o número de sujeitos e o percentual correspondente de acordo com o número de respostas corretas apurado em cada uma das cooperativas e o resultado geral da amostra.

O número de respostas corretas alcançado pelos alunos variou 0 a 8 respostas corretas. O melhor desempenho foi verificado na Cooperativa X, no entanto, os piores desempenhos também.

Tabela 4: Número de alunos e o percentual correspondente para todos os índices de desempenho.

	Coeducar		Cooperativa X		Total	
Número de respostas corretas	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
Nenhum acerto	0	0	2	6,67	2	3,39
1 resposta correta	3	10,34	2	6,67	5	8,47
2 respostas corretas	6	20,69	5	16,66	11	18,64
3 respostas corretas	8	27,29	4	13,34	12	20,34
4 respostas corretas	9	31,03	5	16,66	14	23,73
5 respostas corretas	2	6,9	6	20	8	13,56
6 respostas corretas	1	3,45	5	16,66	6	10,17
8 respostas corretas	0	0	1	3,34	1	1,69

Considerando 5 acertos, como valor de referência verifica-se que 40% dos alunos da Cooperativa X acertaram metade das questões enquanto na Coeducar, apenas 10,35% alcançaram esse desempenho. Apesar dessa diferença, não é possível afirmar que uma cooperativa demonstrou maior grau de conhecimento do que a outra.

No total da amostra apenas 25,42% dos alunos alcançaram ou superaram tal desempenho, o que foi considerado um desempenho aquém do esperado, uma vez que as duas cooperativas afirmaram já ter abordado em algum momento o assunto com seus alunos.

4.2.3 A quantidade de anos que os alunos participam da cooperativa

Um fator que poderia influenciar os resultados é o tempo que cada aluno freqüenta a cooperativa, uma vez que os alunos que estão a menos tempo na cooperativa tiveram menos tempo para vivenciar o cooperativismo. Para apurar o período médio que os alunos estudam

na cooperativa a P3 foi elaborada. No questionário, foram criadas 5 faixas temporais para agrupar as respostas. A primeira para alunos que ainda não completaram um ano na cooperativa, e a ultima para alunos que estivessem a mais de 9 anos.

Um fato relevante a ser apontado é a diferença de tempo de fundação entre as cooperativas apurado pelo instrumento de coleta de dados institucional (Apêndice C). Enquanto a Coeducar iniciou suas atividade há 15 anos, a Cooperativa X ainda não completou 8 anos de fundação, o que justifica a ausência total de respostas nesta faixa temporal para esta cooperativa.

A tabela 5 demonstra a prevalência de 41,38% de alunos que estudam a mais de 9 anos na Coeducar, e portanto é possível dizer que os alunos fizeram senão todo mas pelo menos a maior parte do ensino fundamental na cooperativa. Somando-se a esses valores os resultados da faixa de 4 a 8 anos mais de 62% dos alunos concluíram o segundo ciclo do ensino fundamental na cooperativa.

Na Cooperativa X, 56% dos alunos entrevistados estão na cooperativa entre 4 e 6 anos. Diante dessa informação é possível dizer que os alunos cursaram grande parte ou todo o segundo ciclo do ensino fundamental na cooperativa.

Tabela 5: Identificação dos alunos quanto a quantidade de anos que estudam na cooperativa

	Coeducar		Cooperativa X		Média	
Tempo na cooperativa	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%	Nº Alunos	%
1 - Menos de 1 ano	3	10,35	5	16,66	8	13,56
2- De 1 a 3 anos	8	27,58	6	20,00	14	23,73
3- De 4 a 6 anos	5	17,24	17	56,67	22	37,29
4- De 6 a 8 anos	1	3,45	2	6,67	3	5,08
5 - Mais de 9 anos	12	41,38	0	0,00	12	20,34

Na elaboração do questionário houve um pequeno equívoco na delimitação das faixas temporais. Onde deveria constar de 7 a 8 anos, constou de 6 a 8 anos o que leva a coincidir com o limite da faixa anterior e poderia prejudicar a análise dos resultados, no entanto, nas duas cooperativas a freqüência de resposta a esta alternativa foi pequena e apesar da incorreção, este fato não prejudicou a análise dos resultados.

A figura 1, representa graficamente os dados discriminados na tabela 3.

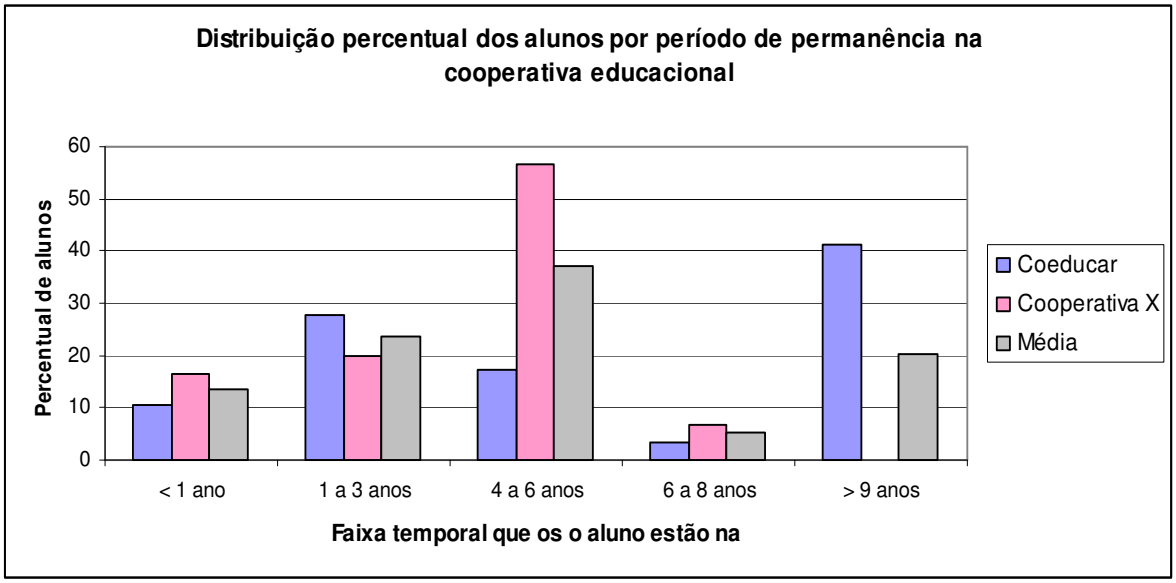

Figura 1: Distribuição percentual dos alunos por período de tempo que o aluno freqüenta a cooperativa educacional.

Era esperado que o tempo que os alunos estudam na cooperativa fosse uma variável relevante para o desempenho apresentado por eles. Desta forma era esperado que o desempenho da Coeducar fosse maior do que o da Cooperativa X, principalmente ao considerar que 41,38 % dos alunos da Coeducar estão na cooperativa a mais de 9 anos enquanto a maioria dos alunos da Cooperativa X estudam lá no máximo há 6 anos, a expectativa não foi confirmada uma vez que o resultado médio das cooperativas foi semelhante e o desempenho individual dos alunos para a faixa de acertos entre 5 ou mais acertos foi maior na cooperativa X.

Observando os resultados da Coeducar, conforme apresentado na tabela 6, os alunos enquadrados na última faixa temporal tiveram o desempenho uniformemente distribuído entre 2 e 4 respostas corretas.

Tabela 6 : Distribuição dos sujeitos quanto a período de tempo que o aluno está na Coeducar e número de respostas corretas.

	1 - Menos de 1 ano		2- De 1 a 3 anos		3- De 4 a 6 anos		4- De 6 a 8 anos		5- Mais de 9 anos		Total	
Quantidade de acertos	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
1 resposta correta	1	3,45	0	0	0	0	0	0	2	6,89	3	10,34
2 respostas corretas	0	0	2	6,9	1	3,45	0	0	3	10,35	6	20,7
3 respostas corretas	1	3,45	2	6,9	1	3,45	1	3,45	3	10,35	8	27,6
4 respostas corretas	1	3,45	3	10,35	1	3,45	0	0	4	13,79	9	31,04
5 respostas corretas	0	0	1	3,45	1	3,45	0	0	0	0	2	6,9
6 respostas corretas	0	0	0	0	1	3,45	0	0	0	0	1	3,45
Total	3	10,35	8	27,6	5	17,25	1	3,45	12	41,38	29	100,03

O aluno que obteve o maior desempenho, com 6 acertos, freqüenta a cooperativa há 3 ou quatro anosa, e portanto encontra-se na faixa intermediária. Alunos com no máximo 3 anos

na cooperativa também alcançaram resultados superiores a média apurada para a Coeducar, enquanto alunos com mais de 9 anos obtivera desempenho bastante inferior a média da cooperativa.

O desempenho dos alunos da Cooperativa X, descrito na tabela 7, também apontam para a pouca influência exercida pelo tempo de permanência na cooperativa para obter melhor desempenho na avaliação de conhecimento sobre o Cooperativismo.

Ao mesmo tempo em que os alunos que estão na cooperativa a mais tempo, entre 4 e 6 anos apresentam o melhor desempenho eles também apresentaram o pior desempenho.

Tabela 7 : Distribuição dos sujeitos quanto a período de tempo que o aluno está na Cooperativa X e número de respostas corretas.

	Tempo em anos que o aluno estuda na Cooperativa X									
	1 - Menos de 1 ano		2- De 1 a 3 anos		3- De 4 a 6 anos		4- De 6 a 8 anos		total	
Quantidade de acertos	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%	Alunos	%
Nenhum acerto	1	3,34	0	0	1	3,33	0	0	2	6,67
1 resposta correta	0	0	0	0	2	6,66	0	0	2	6,66
2 respostas corretas	1	3,34	1	3,34	2	6,66	1	3,33	5	16,67
3 respostas corretas	1	3,34	3	10			0	0	4	13,34
4 respostas corretas	1	3,33	1	3,34	3	10	0	0	5	16,67
5 respostas corretas	1	3,33	0	0	4	13,33	1	3,33	6	19,99
6 respostas corretas	0	0	1	3,34	4	13,33	0	0	5	16,67
8 respostas corretas	0	0	0	0	1	3,33	0	0	1	3,33
Total	5	16,68	6	20,02	17	56,64	2	6,66	30	100

A figura 2 apresenta o gráfico comparativo da porcentagem de sujeitos para cada faixa de acerto relacionado a faixa de tempo que o aluno esta na cooperativa.

Um fator que pode ter influenciado os resultado foi apurado junto ao questionário institucional. Em resposta a questão 24, a Cooperativa X afirmou que já participou do programa Coperjovem oferecido pelo SESCOOP, enquanto a Coeducar nunca participou. Desta forma, apesar do tempo de permanência dos alunos da Cooperativa X ser menor, a participação em um programa estruturado e preparado por especialistas pode ter ocasionado a diferença do desempenho.

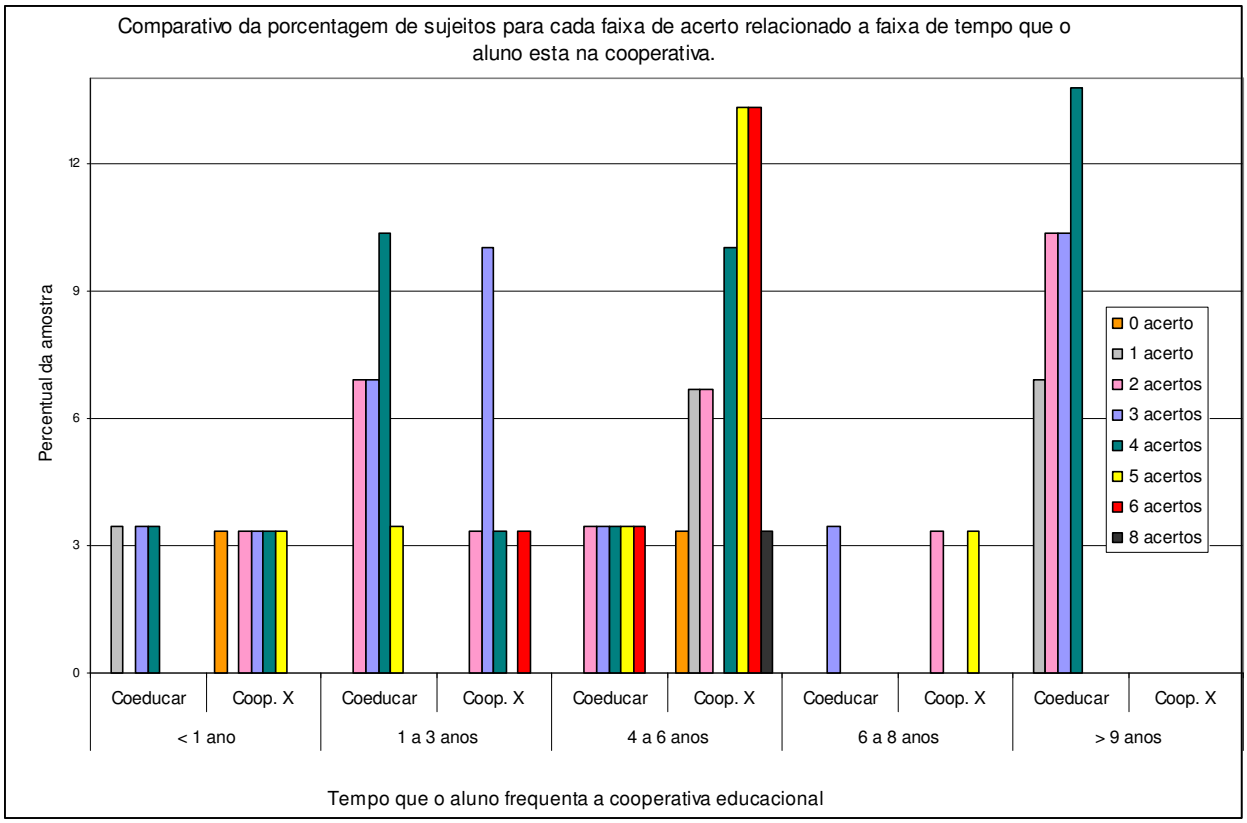

Figura 2 - Freqüência percentual do desempenho dos alunos, agrupada por faixa de tempo de permanência na cooperativa.

É necessário ressaltar que este aspecto é apenas um indício, pois não é possível afirmar que os alunos que participaram do Cooperjovem são os mesmos que participaram da pesquisa. Por outro lado, o Coperjovem também capacita os professores e, portanto, os alunos que não participaram do programa podem ter contato de maneira informal durante as aulas, se o corpo docente não foi drasticamente alterado após a participação da cooperativa no programa.

4.2.4 Características das questões que apresentaram maior índice de acertos e erros de acordo com o desempenho dos alunos.

O Cooperativismo pode ser abordado como movimento histórico, em decorrência do contexto sócio econômico da época de sua constituição sofrendo influências e influenciando o contexto sócio econômico atual.

Outra abordagem possível é o estudo conceitual do Cooperativismo, suas definições, princípios e valores.

Uma terceira abordagem nos remete aos aspectos administrativos que envolve a cooperativa e a diferencia das demais, por ser um empreendimento econômico, sem fins

lucrativos, democrático e que exige a participação ativa de todos os sócios para o alcance dos melhores resultados de acordo com as expectativas dos sócios.

Desta forma, o questionário de múltiplas respostas (Apêndice D) procurou abordar as três temáticas.

4.2.4.1 Desempenho dos alunos em relação as perguntas sobre o histórico do cooperativismo

As perguntas que visavam explorar as questões históricas do cooperativismo foram identificadas com a numeração P5, P6 e P10 e os resultados apresentado por cada uma das cooperativas estão disponíveis na tabela 8. Na figura 5 além da representação gráfica da tabela também há o resultado da média da amostra.

Tabela 8: Percentual de respostas obtidas nas questões que investigavam as questões históricas sobre o cooperativismo

	Coeducar			Cooperativa X		
	Acertos	Desconheço	Erros	Acertos	Desconhece	Erros
P 5	3,07%	74,075%	22,86%	26,64%	60%	13,335
P 6	0	85,71%%	14,29%	13,32%	53,33%	33,34%
P 10	0	86,2%	13,8%	0	73,345	26,675

A P5 questionava sobre o período histórico que surgiu o Cooperativismo e na seqüência P6 abordava o marco inicial do movimento, questionando qual fora a primeira cooperativa do mundo.

Nestas questões o baixo desempenho dos alunos da Coeducar foi inesperado. Apenas a P5 obteve 1 resposta correta.

No questionário institucional, respondendo a questão 20 sobre como a cooperativa poderia divulgar o cooperativismo, o representante afirma que um dos meios adotados pela instituição é a publicação de conceitos do cooperativismo na página eletrônica da cooperativa). A página foi consultada (ANEXO A) e as duas informações estão disponíveis, e portanto, era esperado que os alunos soubessem tais informações.

Na Cooperativa X, também o desempenho foi baixo nas duas questões, no entanto foi significativamente maior do que o desempenho apresentado na Coeducar,

O baixo desempenho dos alunos nas duas questões surpreende a medida que os alunos não demonstram conhecer as origens da movimento e não relacionam os temas abordados em aula como o período da Revolução Industrial e os seus desdobramentos, com sua vida cotidiana e a experiência de estar inserido em uma cooperativa.

A P10 era considerada a pergunta com menor probabilidade de acerto, o que foi confirmado, pois nenhum dos sujeitos acertou a resposta. Referia-se ao marco histórico do ramo do cooperativismo no qual os alunos estão inseridos.

A questão era específica sobre o ramo das cooperativas educacionais e a informação é pouco divulgada pela OCB/OCE.

A pergunta foi incluída por se tratar de um fato de interesse para os alunos, uma vez que o processo de criação de cooperativas educacionais no Brasil está intimamente relacionada as condições sócio econômica das décadas de 80 e 90 conforme aponta Oliveira (1994) e a compreensão deste cenário poderia ser relacionado ao processo de consolidação das instituição que freqüentam.

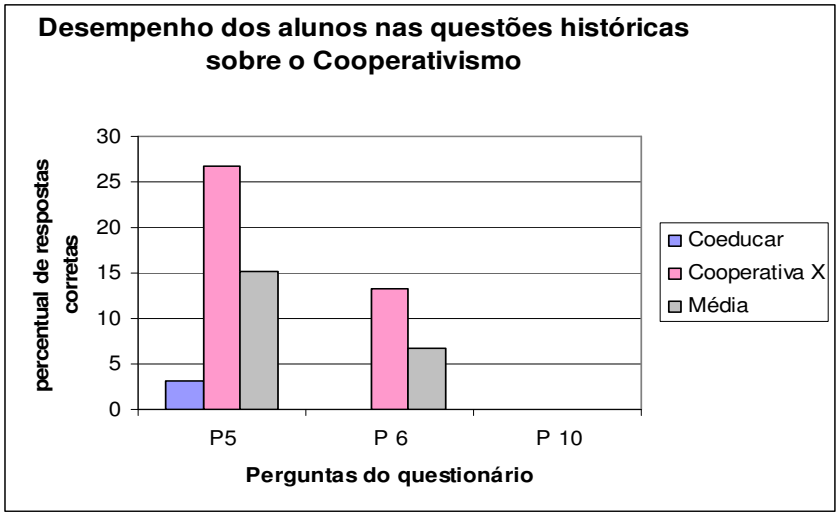

Figura 3: Percentual de respostas corretas para as perguntas P5, P6 e P10 que abordavam questões históricas sobre o Cooperativismo.

Uma alternativa para a questão, para torná-la menos específica, seria abordar o histórico das cooperativas no Estado de São Paulo. Na interação da pesquisadora com as cooperativas, ambas citaram o nome de outras instituições do estado consideradas pioneiras estaduais como referência, e por isso os alunos poderiam ter maior familiaridade com o assunto.

4.2.4.2 Desempenho dos alunos em relação as perguntas sobre o aspectos conceituais do cooperativismo

O questionário apresentou 4 perguntas que versavam sobre aspectos conceituais do Cooperativismo. O desempenho para as duas cooperativas foi semelhante em três questões e muito dispare em 1 questão. Os resultados estão relacionados na tabela 9.

Tabela 9: Percentual de respostas obtidas nas questões que investigavam as questões conceituais sobre o cooperativismo.						
	Coeducar			Cooperativa X		
	Acertos	Desconheço	Erros	Acertos	Desconheço	Erros
P 4	0%	31,04%	68,96%	53,64%	23,34%	20%
P 7	55,17%	3,44%	41,39%	56,66%	0	43,33%
P 8	65,51%	13,79%	20,7%	46,66%	23,34%	30%
P 9	25%	53,57%	21,43%	30%	43,34%	26,67%

A P4 perguntava sobre os elementos que compunham o símbolo cooperativista.

Na Coeducar 68,96% dos alunos erraram a questão e os 31,04% restantes disseram desconhecer a resposta, enquanto na Cooperativa X o índice de acerto chegou a 53,64%.

O resultado pode ser explicado através da utilização da logomarca das cooperativas. A Coeducar possui uma logomarca presente em diversos ambientes institucionais, mas não utilizam o pinheiro e o circulo nesta representação gráfica. A Cooperativa X utiliza os elementos grágicos do cooperativismo em suas representações gráficas, como em seu luminoso externo além de outros documento da instituição.

Apesar da utilização dos elementos gráficos pela Cooperativa X, um índice elevado de sujeitos respondeu a questão de forma equivocada ou disseram desconhecer a resposta, atingindo o índice de 43,34%, demonstrando que nem todos alunos identificam os símbolos que representam o cooperativismo presentes em seu cotidiano.

O principal objetivo de uma cooperativa foi abordado na P7. O desempenho das duas cooperativas superou os 50%, e apontam que a maior parte dos alunos tem clareza sobre o principal motivo da existência de uma cooperativa. É importante ressaltar que esta foi a questão com menor índice de respostas "desconheço" entre todas as questões, mas a freqüência de erros foi bem alta chegando a casa dos 40% nas duas cooperativas.

A P8 abordava a importância atribuída pelo Cooperativismo ao princípio de educação, formação e informação cooperativista. O desempenho das duas cooperativas foi elevado. Na Coeducar ultrapassou o índice de 65% respostas corretas e na Cooperativa X chegou a 46%.

Essa questão poderia ter o desempenho menor, uma vez que as quatro alternativas descrevem os princípios defendidos pela ACI e em muitos casos a equivalência deles é pontuada, portanto, a questão poderia gerar um alto grau de dúvida aos respondentes, mas o número de acertos demonstram que a maior parte dos alunos conhecem a relevância dada pelo movimento ao tema.

Na questão P9, o princípio da gestão e controle democrático foi abordado. O desempenho dos alunos ficou na casa de 30% para a Cooperativa X e 25% para a Coeducar. Se comparado a outras questões principalmente do bloco sobre o histórico cooperativista o

desempenho foi relativamente alto, no entanto menos de um terço da amostra respondeu adequadamente a questão.

A gestão democrática foi ressaltada pela Coeducar no questionário institucional e omitido pela Cooperativa X, e mesmo assim o desempenho foi maior na Cooperativa X .

O figura 4 faz a comparação entre o desempenho das duas cooperativas e a média da amostra obtida em cada questão.

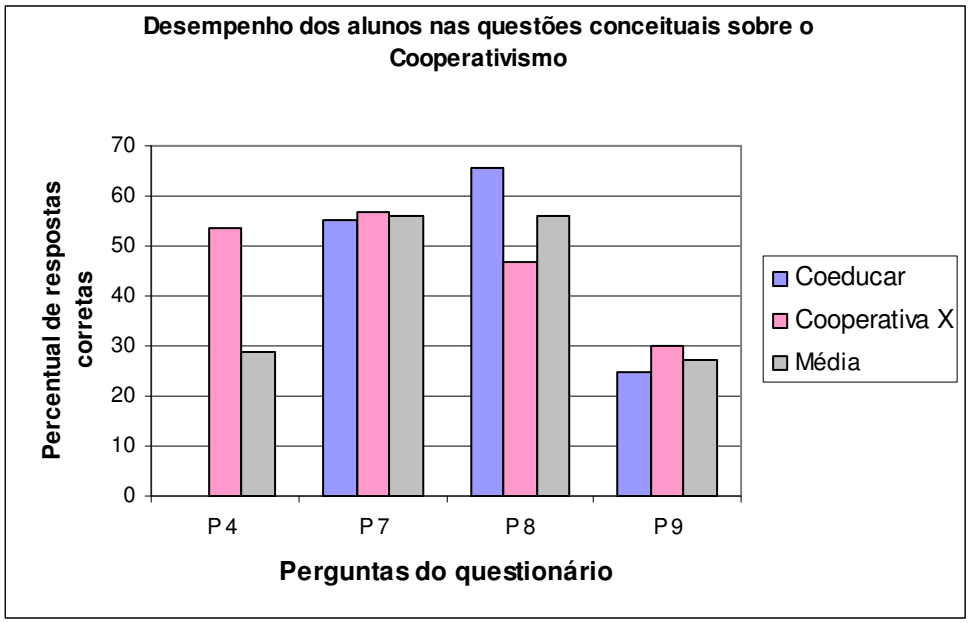

Figura 4: Percentual de respostas corretas para as perguntas P4, P7, P8 e P9 que abordavam questões conceituais sobre o Cooperativismo.

A redação formal do conceito seguindo rigorosamente a formulação da ACI pode ter dificultado a resposta, mas os alunos do ensino médio poderiam estar familiarizados com os termos e o conceito proposto.

4.2.4.3 Desempenho dos alunos em relação as perguntas sobre o aspectos conceituais do cooperativismo

A terceira temática das perguntas fazia referencia a as questões da prática administrativa numa cooperativa, e foi composto por 3 perguntas.

Os resultados da análise do bloco de questões pode ser consultado na Tabela 10.

Tabela 10: Percentual de respostas obtidas nas questões que investigavam os aspectos da prática administrativa

	Coeducar			Cooperativa X		
P 11	62,06 %	20,68%	17,26%	46,66%	16,67%	36,67%
P 12	44,82 %	44,82%	10,36%	43,34%	36,66%	20%
P 13	50%	35,71%	14,29%	56,66%	30%	13,33%

A Assembléia Geral que é o maior órgão deliberativo de uma cooperativa foi abordado na pela P11 e P12. A cooperativa X demonstrou o desempenho semelhante nas duas questões e na Coeducar houve uma diferença de 17,24% entre as questões.

No entanto um dado interessante foi constatado ao verificar qual a porcentagem da amostra que havia acertado as duas questões. Na Coeducar 11 sujeitos responderam corretamente as duas perguntas o que corresponde a 37,93% dos respondentes. Na Cooperativa X apenas 30% dos sujeitos, ou seja 9 pessoas acertaram as duas questões.

Apesar de conceitualmente demonstrarem conhecer a poder da Assembléia Geral como órgão deliberativo máximo da cooperativa, poucos alunos demonstraram reconhecer a necessidade de acatar as decisões tomadas por ela.

Considerando a intrínseca relação entre as perguntas, era esperado que os sujeitos apresentassem respostas coincidentes para as duas perguntas, o que não se confirmou.

A última questão, P13 abordava o direito garantido aos sócios de acompanhar as atividades da cooperativa consultando os livros fiscais e documentos. O percentual de respostas foi semelhante nas duas cooperativas atingindo a casa dos 50%.

A figura 5 apresenta as respostas corretas em cada uma das perguntas do bloco e a média de desempenho no total da amostra.

Os alunos das duas cooperativas demonstraram um maior grau de conhecimento sobre os aspectos administrativos da cooperativa, no entanto a quantidade de respostas desconheço ou de respostas erradas ainda foi considerado alto.

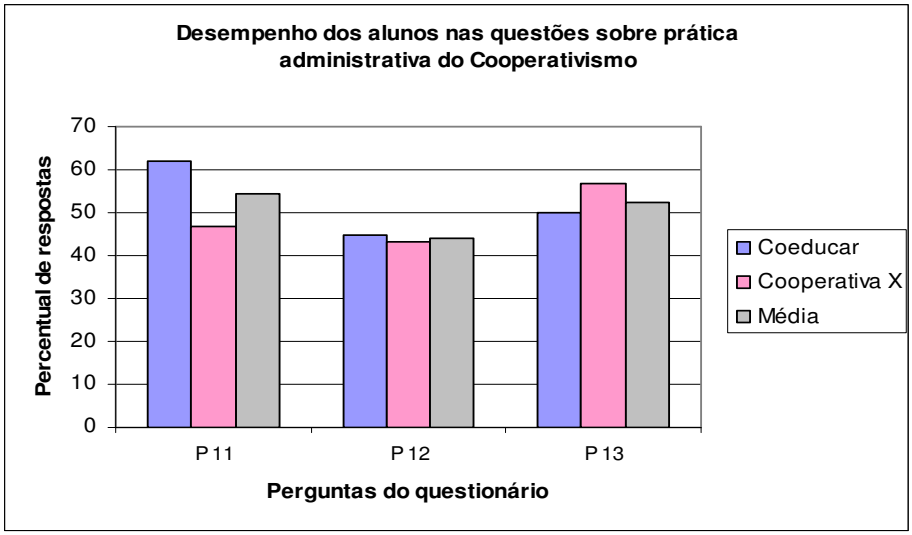

Figura 5: Percentual de respostas corretas para as perguntas P11, P12 e P13 que bordavam questões sobre a prática administrativa do Cooperativismo.

Neste bloco de questões as cooperativas apresentaram o desempenho mais uniforme e com alto índice de acertos.

4.2.4.4 Comparação do desempenho entre os blocos temáticos do questionário.

É um fato interessante observar que o desempenho referente as questões administrativas obtiveram o desempenho mais homogêneo e com maiores índices de acerto entre os blocos de questões como descrito na Tabela 11. Por inferência é possível apontar que estes são aspectos são mais corriqueiros, pois as notícias sobre as Assembléias, e portanto, o relacionamento dos pais (sócios) com a instituição devem ser temas mais abordados no ambiente familiar e institucional do que as temáticas conceituais e históricas.

Tabela 11 : Percentual das respostas corretas agrupada por temática.

	N° da pergunta	Coeducar	Cooperativa X	Média
Questões históricas	**P5**	3,07	26,64	**15,25**
	P 6	0	13,32	**6,7**
	P 10	0	0	**0**
Questões conceituais	**P 4**	0	53,64	**28,81**
	P 7	55,17	56,66	**55,93**
	P 8	65,51	46,66	**55,93**
	P 9	25	30	**27,11**
Questões sobre prática administrativa	**P 11**	62,06	46,66	**54,23**
	P 12	44,82	43,34	**44,06**
	P 13	50	56,66	**52,54**

A temática sobre a história do cooperativismo foi a que obteve menor freqüência de respostas corretas e demonstra que o maior déficit de conhecimento refere-se aos aspectos históricos do cooperativismo, temas que poderiam ser trabalhados junto com outros conteúdos durante a grade curricular dos alunos.

O resultado das questões conceituais demonstram que os alunos tem certo domínio sobre o assunto, mas podem ser trabalhados novamente, para que o a compreensão seja mais aprofundada e generalizada entre todos os alunos.

4.3 Avaliação do instrumento de pesquisa realizado pelos alunos.

Para finalizar o questionário foi incluída uma pergunta para que os alunos avaliassem o grau de dificuldade do instrumento, além do espaço para a realização de comentários que julgassem necessário. Dentre os 59 sujeitos, apenas 1 pessoa deixou de avaliar o questionário.

Para 37,95% dos respondentes da Coeducar o questionário estava muito difícil, na Cooperativa X apenas 13,32% optaram por este conceito.

O conceito difícil apresentou números semelhantes para as duas cooperativa, por volta de 44% da amostra fez essa avaliação.

O conceito fácil apresentou a maior discrepância entre as duas cooperativas enquanto a 13,78% Coeducar avaliou desta forma o questionário, na outra cooperativa 43,32% fizeram essa indicação.

Contudo, apenas essa informações não expões toda a questão. Em decorrência, os dados da avaliação foram cruzados com o desempenho dos respondentes como descrito na Tabela 12 para a Coeducar e Tabela 13 para a Cooperativa X.

Tabela 12: Coeducar - Conceito de avaliação atribuído ao questionário especificado por número de acertos do respondente

Número De Respostas corretas	1		2		3		4		5		6		Total	
Conceito	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito difícil	2	**6,9**	3	**10,35**	2	**6,9**	3	**10,35**			1	**3,45**	4	**37,95**
Difícil	1	**3,45**	2	**6,9**	5	**17,24**	4	**13,8**	1	**3,44**	0	**0**	13	**44,83**
Fácil	0	**0**	1	**3,44**	0	**0**	2	**6,9**	1	**3,44**	0	**0**	13	**13,78**
Sem resposta	0	**0**	1	**3,44**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	0	**3,44**
Total	3	**10,35**	7	**24,13**	7	**24,14**	9	**31,05**	2	**6,88**	1	**3,45**	30	**100**

Na Coeducar o sujeito que obteve melhor desempenho avaliou o questionário como muito difícil. Entre os sujeitos que apresentaram desempenho de 1 a 3 acertos, ou seja, não alcançaram a média da cooperativa, correspondente a 3,17 acertos, apenas 1 aluno avaliou o questionário como fácil 5,88% .

Na cooperativa X o sujeito com melhor desempenho do total da amostra avaliou o questionário como fácil, assim como aproximadamente 54,54% dos sujeitos que tiveram o desempenho entre 5 e 6 acertos. Por outro lado 45,45% dos sujeitos com desempenho entre 1 e 3 acertos também avaliaram o instrumento como fácil, o que demonstra uma incongruência entre o nível de acertos e a avaliação.

Tabela 13: Cooperativa X - Conceito de avaliação atribuído ao questionário especificado por número de acertos do respondente

Número de respostas corretas	0		1		2		3		4		5		6		8		Total	
Conceito	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito difícil	0	**0**	1	**3,33**	2	**6,66**	0	**0**	0	**0**	0	**0**	1	**3,33**	0	0	4	**13,32**
Difícil	2	**6,67**	0	**0**	1	**3,37**	2	**6,66**	4	**13,33**	3	**10**	1	**3,33**	0	0	13	**43,36**
Fácil	0	**0**	1	**3,33**	2	**6,67**	2	**6,66**	1	**3,33**	3	**10**	3	**10**	1	3,33	13	**43,32**
Total	2	6,67	2	6,66	5	16,7	4	13,32	5	16,66	6	20	5	16,66	1	3,33	30	100

Um comentário verbal realizado por um aluno da Cooperativa X pode indicar a variável que influenciou as pessoas com pequeno desempenho a avaliar o questionário como fácil. O aluno comentou que pela existência da opção “desconheço” o questionário se tornou fácil. Diante do comentário, existe a possibilidade de alguns sujeitos terem avaliado a dificuldade de completar o formulário e não o grau de dificuldade das perguntas.

Na Cooperativa X maioria dos alunos deixou o campo para comentários em branco ou no máximo os alunos manifestaram a falta de vontade de fazer comentários. O único aluno que fez um comentário, falou sobre a necessidade dos sócios conhecerem mais o cooperativismo.

A interpretação desse comentário não pode ser precisa, pois não há como saber se o aluno se refere a necessidade de abordagem do conteúdo cooperativista com os cooperados, que são seus pais, ou então,se ele considera-se cooperado e portanto a escola deveria abordar o conteúdo também com seus alunos, mas demonstra a compreensão do aluno sobre a necessidade dos cooperados conhecerem mais profundamente o cooperativismo, conforme defendido pelo princípio cooperativista.

Entre os sujeitos da Coeducar alguns comentários foram interessantes e serão abordados.

Os sujeitos S12, S15 e S19 questionaram a finalidade do instrumento, apesar de ter havido a breve explanação sobre os objetivos do estudo a questão não ficou suficientemente clara para eles.

Os sujeitos S8 e S15 questionaram a relevância sobre os temas da pergunta e o sujeito S15 ainda citou as P8 e P9 como desprezíveis. As duas questões citadas referem-se justamente aos princípios que norteiam o desenvolvimento do cooperativismo e em especial todo esse estudo foi desenvolvido partindo-se da premissa que os envolvido no cooperativismo devem conhecer seus aspectos e que a principal forma de concretizar esse objetivo é através da Educação formação e informação proposta pela ACI.

Os comentários que demonstraram uma crítica a instituição e também uma autocrítica foram realizados pelos sujeitos S13, S18, S20 e S21. As críticas foram no sentido da cooperativa não promover a educação cooperativista e dos alunos estarem inseridos neste sistema e não conhecerem os aspectos envolvidos

Uma constatação foi feita pelo sujeito S13. Apesar de estudar em uma cooperativa, ele não tem informações suficientes sobre o cooperativismo para responder ao questionário e no mesmo sentido o sujeito S20 afirma nunca ter tido informações sobre o cooperativismo.

O sujeito S18 pontua que estuda há mais de 10 anos na cooperativa e não conseguiu responder as questões do formulário e acha que ele deveria ter esse tipo de informação devido ao longo tempo na cooperativa.

A constatação feita pelo sujeito S21 vai ao encontro dos resultados obtidos. O respondente afirma que a turma só tem o conhecimento básico sobre o cooperativismo, mas desconhecem os aspectos históricos envolvido desde o seu surgimento.

CAPÍTULO V

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que apesar dos alunos das cooperativas pesquisadas freqüentarem as cooperativas educacionais há vários anos, é possível afirmar que eles desconhecem o histórico do cooperativismo. A maioria dos alunos não tem clareza sobre os aspectos conceituais envolvidos no cooperativismo e as questões administrativas foi a temática que os alunos demonstraram mais domínio do assunto.

A primeira hipótese foi refutada, os alunos das cooperativas educacionais apresentaram dificuldades para compreender os termos e conceitos do cooperativismo.

A segunda hipótese, não pode ser confirmada, os indícios apontam para sua confirmação, mas precisam ser melhor explorados, uma vez que em algumas questões o desempenho da Cooperativa X que participou do programa Coperjovem foi significativamente maior do que da Coeducar que não participou do programa.

Apesar das cooperativas concordarem com a importância de seus alunos conhecerem a doutrina cooperativista, o desempenho dos alunos ficou aquém do considerado adequado.

As cooperativas educacionais pesquisada valorizam as características da gestão democrática inerente ao cooperativismo e os benefícios econômicos alcançados pelo sistema, mas não demonstraram reconhecer o cooperativismo como instrumento de correção social conforme postulado por Schneider e Hendges (2006) e Nascimento (2000). Desta forma não há a preocupação em apresentar detalhadamente as características do cooperativismo às pessoas envolvidas no empreendimento, em especial aos seus alunos.

O papel educativo das cooperativas sobre os aspectos cooperativistas conforme postulado pelo quinto princípio e apresentado por Nascimento (2000) e Frantz (2001) também não é assumido pelas cooperativas educacionais pesquisadas, apesar de reconhecerem a importância do tema e de alguma maneira já terem abordado o assunto com seus alunos.

As vantagem envolvidas no desenvolvimento adequado da educação cooperativista, como a fidelidade do associado e maior grau de envolvimento dele na cooperativa apontados por Klaes (2005) também não são reconhecidos pela cooperativa.

O objetivo do estudo foi atingido, a medida que procurou identificar o grau de conhecimento sobre aspectos históricos e conceitual do cooperativismo entre os alunos de cooperativas educacionais.

Questões apontadas na literatura foram confirmadas, como a dificuldade das cooperativas em manter o programa de educação cooperativista como Schneider (2003) aponta e a dificuldade de utilização do FATES para os objetivos estipulados na lei conforme Limberger (1979) aponta.

Diante da complexidade do tema e diante de poucas referências teóricas, o trabalho precisou restringir seu escopo apenas as questões de informação cooperativista, não sendo possível alcançar toda a variabilidade do tema e precisou ser feito com o número mínimo de cooperativas, o que impossibilita a generalização dos dados.

Uma vez que os dados não podem ser generalizados vez que a amostra pesquisada não possui a representatividade adequada, o estudo demonstra a necessidade de aprofundar o tema e a realização de pesquisas para verificar o desempenho de alunos de outras cooperativas e os fatores que influenciaram tal desempenho.

O estudo também indica a necessidade das cooperativas estudadas abordarem de forma mais sistemática os aspectos do cooperativismo, se desejarem que seus alunos compreendam melhor o cooperativismo e a realidade que eles vivenciam no empreendimento cooperativista.

No entanto, o estudo contribui sinalizando a importância de estudar as cooperativas educacionais como agentes importantes da educação cooperativista e assume relevância, pois aponta várias questões que podem ser exploradas nos próximos trabalhos sobre a temática.

Em estudos futuros é necessário explorar a forma e os objetivos pelos quais as cooperativas educacionais abordam os conteúdos cooperativista em suas relações, avaliando a capacidade técnica dos responsáveis pelo processo educacional cooperativista, a participação dos sócios e demais envolvidos e sobre tudo, os resultados obtidos após a implantação do processo educativo.

Uma vez que o programa Coperjovem pode ter influenciado os resultados apresentados pelos alunos, em um próximo estudo a variável deve ser melhor controlada e os resultados obtidos podem propor adequações a proposta do programa, adequando-o a realidade de cada cooperativa ou escola que pretenda implementá-lo.

Para concluir, pode-se afirmar que as cooperativas educacionais podem ser agentes essenciais na propagação da cultura e dos princípios cooperativistas, mas para assumir tal

papel, elas precisaram de apoio, orientação e incentivo, e esses elementos virão a medida que o fenômeno e o tema for compreendido mais profundamente através de novos estudos.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Antonio Barreto. **COOPERATIVA EDUCACIONAL:** uma alternativa para a educação. 2003. 89p. Monografia – (Especialização em Economia de Empresas) – Curso de Pós-Graduação em Economia de Empresas; Universidade Estadual de Santa Cruz; Ilhéus; 2003

BRASIL LEI Nº 5764 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.. Diário Oficial da União D.O.U. de 16.12.1971 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5764.htm> Acesso em 19 fev. 2008.

CAMPOS, Gilberto Alexandre. **APRENDIZAGEM EM ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA:** um estudo de caso na cooperjuriti 2001. 174p. Dissertação – (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção; Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis; 2001

CARREIRA, Krishma Sesi taxa trabalhadores **Revista do Brasil Internet** 07 dez. 2006. Cidadania disponível em: http://www.revistadobrasil.net/rdb7/cidadania3.htm acessado em 25/05/2008

CENPEC. **ALTERNATIVA PARA A MELHORIA DO ENSINO: ESCOLAS COOPERATIVAS:** a experiência de Maringá–PR 1989/92.São Paulo:1993. 71p.

Centro Paula Souza, São Paulo **COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL "ORLANDO QUAGLIATO"** ETE Orlando Quagliato Internet (2008) Disponível em <http://www.etesantacruz.com.br/coop_alunos.php> Acesso em 27 fev. 2008

CENTRO PAULA SOUZA, São Paulo. Projetos das ETECS Internet 2008 http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Projetos/ete.html acessado em 27/02/2008

CINTEFOR **Jóvenes, formación y empleo Internet 2008 Disponível em:** <http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/exp/observa/bra/escola.htm> **a**cessado em: 27 fev. 2008.

COETAGRI Cooperativa Escola dos Alunos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, Rio Verde Internet (2008) disponível em <http://www.coetagri.com.br/index.php?id=2570> acesso em: 28 fev. 2008

DRIMER, Alicia Kaplan & DRIMER, Berbnardo. **Precursores Del Cooperativismo** In _____**LAS COOPERATIVAS:** Fundamentos-Historias-Doctrina Buenos Aires Intercoop Editora; 1981. 204-223

DRIMER, Alicia Kaplan & DRIMER, **B**erbnardo. **Primeros realizadores del cooperativismo** In _____**LAS COOPERATIVAS:** Fundamentos-Historias-Doctrina Buenos Aires Intercoop Editora; 1981. 225-266

DRUMOND, Vitória Resende Soares. A crise do emprego e as cooperativas de trabalho. **ESAC:economia solidária e ação cooperativista.** São Leopoldo, v. 1, n. 1,p. 49-57, dez. 2006

Educação em pauta disponível Internet 2008 em <http://www.educacaoempauta.jor.br/item.asp?id_item=1709> Acesso em: 25 mai 2008.
FRANTZ, Walter Educação e Cooperação:práticas que se relacionam In **Sociologias** Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 242-264, jul/dez. 2001.

FRANTZ, Walter Educação e Cooperação práticas que se relacionam **Sociologias** Porto Alegre. ano 3 n 6 jul./dez. 2001. p. 242-264.

FRANTZ, Walter; SCHÖNARDIE Paulo Alfredo A organização cooperativa como caminho de resistência à exclusão social: Limites e possibilidades **ESAC: economia solidária e ação cooperativista. .** São Leopoldo, v. 1, n. 1,p. 5-12, dez. 2006.

FRANTZ, Walter; SCHONARDIE, Paulo Alfredo. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. In: **Reunião Anual da ANPEd.** 30, 2007, Caxambu. **ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social**,Caxambu 2007. p. 1-15. Disponível em <www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT03-3267--Int.pd>. Acesso em: 9 ago. 2000. Acesso em: 08 fev. 2008.

GOMES, Antonio Jose Escola Cooperativa no Brasil: mito e realidade. In: **IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**:. 4, 2006 Teresina **A pesquisa como mediação de prática socioeducativas**, Teresina. EDUFPI 2006. v. 1. p. 1-12. 2006. Disponível em http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT16/escola_cooperativa.pdf> Acesso em: 02 mar.2008.

Instituto Estadual de Educação Estadual de Maringá Internet Disponível em <http://www.netescola.pr.gov.br/netescola/escola/153000034/copescolar.htm> e <http://www.netescola.pr.gov.br/netescola/escola/153000034/organograma.htm> Acesso em 28 fev.2008

KLAES, Luiz Salgado**. COOPERATIVISMO E ENSINO À DISTÂNCIA.** 2005. p. 270. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2005

LIMBERGER, Emiliano Importância da Educação Cooperativista **Revista Perspectiva Econômica**, Série Cooperativismo, [s.l.] Vol. 8, nº 20 [1979]

MARQUES, P.V.; LOVE, H.G. Cooperativa-escola nas Escolas Técnicas Agrícolas. **Sci. agric. (Piracicaba, Braz.)** , Piracicaba, v. 50, n. 3, 1993 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0161993000300028&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em: 16 set. 2007.

NASCIMENTO, Fernando Rios **Cooperativismo Como Alternativa de Mudança**: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense. 2000. p.130.

OCB, Brasília **Apresentação Institucional 2007** 2007 Internet Disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=532 > Acesso em: 10 mar. 2008.

OCB, Brasília **Apresentação institucional 2008** Internet. Disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=532> Acesso em: 10 mar. 2008

OCB, Brasília **Fórum do Sistema. "S"**. 2008 Internet Disponível em : <http://www.brasilcooperativo.com.br/?tabid=227> Acesso em 10 mar. 2008.

OCB, Brasília. **Informativo OCB 1407** 2008 Internet <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=4184> Acesso em: 28 mai.2008.

OCEMG/SESCOOP-MG, Belo Horizonte. **ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO MINEIRO** 2006 acessado em <http://www.ocemg.org.br/webcoop> Acesso em 28 fev. 2008

OCESC, Florianópolis ; ITEC, Chapecó**. O Cooperativismo:** ao alcance de todos Florianópolis 1996

OLIVEIRA, Irani Sebastião. **Educação e Cooperativismo:** Administração, pedagogia e política na cooperativa de ensino.1994. p.146. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Mestrados em educação Universidade Estadual Paulista, Marília, 1994.

PEREIRA, Wiliam César Castilho; PEREIRA, Maria Antonieta. **UMA ESCOLA NO FUNDO DE QUINTAL:** Cooperativa Mangueira.Petrópolis Ed Vozes, 1994. p. 208

PINHO, Diva Benevides. **Embasamento Teórico Doutrinário da Atividade Cooperativista.** In _____**Economia e cooperativismo.** São Paulo. Editora Saraiva, 1977. p 89-116.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira a vertente solidária Editora Saraiva, 2004. p.367

PINHO, Diva Benevides. **Precursores do Pensamento Econômico Cooperativo** In _____**Economia e cooperativismo.** São Paulo. Editora Saraiva, 1977. p 71-88

RIBEIRO, Marlene **O cooperativismo na formação do técnico agrícola:** contradições da cooperativa-escola **Cadernos de Educação** Pelotas 28: p. 85-117, jan./jun. 2007

RIOS, Gilvando Sá Leitão Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil In VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL Quito 2006 disponível em <http://www.alasru.org/cdalasru2006/09%20GT%20Gilvando%20S%C3%A1%20Leit%C3%A3o%20Rios.pdf. > Acessado em 26 jun. 2008

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo**. Ed Brasiliense, São Paulo,1987. p.69. Coleção Primeiros Passos nº189

SCHNEIDER, Jose Odelso Conteúdos da Educação Cooperativista **Revista Perspectiva Econômica**, Série Cooperativismo, [s.l.] Vol. 8, nº 20 [1979]

SCHNEIDER, Jose Odelso. & HENDGES Margot EducaçãoEducação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC:economia solidária e ação cooperativista.** São Leopoldo, v. 1, n. 1,p. 34-48, dez. 2006.

SCHNEIDER, Jose Odelso. **DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA COOPERATIVA.** 2 Edição. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2003 p. 495.

SCHULZE; Edgar**. Participação e Estrutura de Poder no Modelo de Gestão Cooperativa:**o Caso *UNIMED* no RS 2002. p.148 . Dissertação (Mestrado em administração) Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002

SESCOOP, Brasília **Relatório de gestão 2006 Internet** Disponível em <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/sescoop/relatorios.asp> Acesso em: 25 mai 2008

SILVA FILHO, Jose Carlos Bastos Cooperativas: a liberdade de associação e o registro obrigatório na OCB 2007 Internet disonível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10495&p=1>. Acesso em: 19 fev. 2008

SILVA, Eduardo Faria . Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo: Emancipação ou Subordinação?. In: José Antônio Peres Gediel. (Org.). **Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania.** Curitiba: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPR, 2005, v. 01, p. 01-158.

SILVA, Francisco Pereira. **COOPERATIVA: UMA NOVA RELAÇÃO DE TRABALHO** – o caso da Unimed Circuito das Águas, São Lourenço/MG**.**2000. p. 153.- Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

TOLEDO, Geraldo Luciano, O. VALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

UOL. **Colégios de SP terceirizam professores por causa da crise** Valor Econômico 04 mar. 2004 Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiadeempregos/educadores/noticias/ge040304.htm> Acesso em **: 02 mar. 2008.**

APÊNDICE A – Modelo de carta convite para participação em pesquisa acadêmica

Ribeirão Preto, de de 2008.

A
Cooperativa X
A/C Sr Diretor Presidente

Assunto: Convite para participação de pesquisa acadêmica

Primeiramente irei me apresentar. Meu nome é Gláucia Fernanda Frederico e sou aluna matriculada sob o n◦ 200670005 do Curso de Especialização em Economia de Sociedades Cooperativas da Faculdade Estadual Santa Cruz, localizada em Ilhéus/BA.

Durante a freqüência às disciplinas do curso constatei que havia pouca informação sobre o ramo das Cooperativas Educacionais e visando contribuir com o desenvolvimento das Cooperativas Educacionais elegi o tema para o meu estudo.

Atualmente estou elaborando a monografia de conclusão de curso sob a orientação da Professora Ms Dinalva Melo do Nascimento.

Venho por meio desta convidá-lo a participar deste estudo.

A escolha da Cooperativa X se deu através da pesquisa realizada pela *home page* da OCESP .

Em caso de concordância, a participação ocorrerá de duas formas:

1. Através da resposta de um questionário com perguntas abertas por um representante da Cooperativa. A estimativa de tempo necessário para o preenchimento é de 30 minutos; e
2. Através da aplicação de um questionário de múltipla escolha aos alunos do Ensino Médio (aproximadamente 30 alunos) com questões relacionadas aos seus conhecimentos sobre Cooperativas. Duração estimada entre 15 e 30 minutos.

Caso a instituição concorde com a participação na pesquisa, assumo o compromisso de manter os dados da instituição em sigilo, se assim o desejar, além de entregar uma cópia do trabalho se for aprovado pela Universidade Estadual Santa Cruz e ,se for necessário, também me coloco a disposição para o esclarecimento dos aspectos da pesquisa que a Cooperativa julgue necessário.

Se a instituição desejar, poderá confirmar os dados acadêmicos junto a instituição responsável pelo curso de pós-graduação através dos seguintes contatos:

Home page:

www.uesc.br ; ou

www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/eco_cooperativas/index.php?item=conteudo_apresentacao.php·

Telefones: (73) 3680-5215 (Departamento de Ciências Econômicas)

(73) 3680-5158 (Pró-Reitoria de Pós-Graduação – GPG)

Coordenador do Curso: Prof. Fernando Rios do Nascimento

E-mail: fernandorios@uesc.br

Estou a disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida.

Certa de sua atenção

Gláucia Fernanda Frederico
Telefones:
e-mail

Apêndice B – Modelo do Termo de Concordância

_____, _____ de _____ de 2008.

Eu, _____, representante da Cooperativa _____
fui informado sobre os objetivos do estudo **COOPERATIVA EDUCACIONAL: presença/ausência da informação sobre cooperativismo no processo educativo de seus alunos** e concordo com a participação da instituição na pesquisa.

Solicito que a identificação da Cooperativa seja:

Mantida em sigilo ( )

Divulgada ( )

_____

Nome:
Cargo na instituição:

APÊNDICE C – Coleta de dados institucional – Questionário de perguntas abertas.

Apresentação

Esta pesquisa fará parte de um estudo que visa verificar aspectos da informação cooperativista nas atividades da cooperativa educacional.

As respostas às perguntas devem buscar refletir o posicionamento da instituição em relação aos temas, se o posicionamento do entrevistado divergir da Cooperativa ele poderá explicitar tal divergência.

O instrumento está dividido em dois blocos.

O bloco A contém 13 perguntas e visa caracterizar a cooperativa.

O segundo bloco é formado por 13 perguntas e tem objetivo de investigar a posição da Cooperativa sobre o Cooperativismo e a relação da Cooperativa com os aspectos envolvidos no quinto princípio do cooperativismo: Educação, formação e informação.

Bloco A - Caracterização da Instituição

1. Razão Social da Cooperativa:

2. Nome da Escola:

3. Nome e cargo do respondente:

4. Data da fundação da Cooperativa:

5. Número atual total de cooperados:

6. Todos os sócios usufruem atualmente dos serviços prestados pela cooperativa? Em caso negativo, explique.

7. Quais são os níveis educacionais disponibilizados pela escola? (Ensino Infantil/ Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Ensino Superior/ Pós-graduação/ Outros)

8. Qual é o vinculo dos cooperados com a escola? (Pais/ Alunos/ Professores/ Pais e Alunos / Pais e Professores/ Professores e Funcionários/ Funcionários/ Outros)

9. A cooperativa é associada ao Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras?

10. Seguindo a definição da OCB de classificação das cooperativas em ramos de atuação, em qual ramo a cooperativa estaria enquadrada? (Cooperativa Educacional /Cooperativa de Trabalho/ Cooperativa de Consumo/ Outro)

11. Qual o vínculo estabelecido entre a cooperativa educacional e a instituição de ensino? (Mantenedora/ Prestadora de serviços / A cooperativa é a própria escola/ Outro)

12. A cooperativa mantém vínculo com outra instituição de ensino? Em caso afirmativo, quais?

Bloco B – Perguntas Conceituais

13. Na visão da cooperativa, o que é o Cooperativismo?

14. O que é ser uma cooperativa?

15. Qual é a principal característica que diferencia a Cooperativa Educacional das demais escolas?

16. Qual a compreensão da cooperativa em relação ao quinto princípio cooperativista: Educação, formação e informação cooperativista?

17. A cooperativa divulga conceitos e informações sobre o cooperativismo?

18. É relevante que seus alunos conheçam a doutrina cooperativista?

19. A teoria cooperativista é abordada em sala de aula? Em caso afirmativo, com se dá a abordagem?

20. Na sua instituição de ensino, como a doutrina cooperativista pode ser divulgada?

21. Qual seria a atuação ideal da cooperativa no processo de divulgação da doutrina cooperativista?

22. A cooperativa usufrui dos serviços prestados pelo SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo)?

23. De que forma a atuação do SESCOOP poderia auxiliar a cooperativa na divulgação da doutrina cooperativista?

24. A cooperativa conhece ou já participou do programa Cooperjovem?

25. Como o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social) é aplicado pela Cooperativa?

26. Deseja abordar outra questão? Fazer algum comentário ou crítica?

Obrigada pela participação

APÊNDICE D- Coleta de dados individual – Questionário de respostas múltiplas

Solicito a sua participação nesta pesquisa.
O objetivo do questionário é verificar o seu conhecimento sobre do cooperativismo.

Orientações:
O instrumento é composto de três blocos de perguntas.
O Bloco A é direcionado a caracterização do entrevistado e contém três perguntas.
O Bloco B pretende verificar o seu conhecimento sobre alguns aspectos do Cooperativismo e é composto por dez perguntas de múltipla escolha.
O mais importante nesta pesquisa é responder as questões com sinceridade. Pensando nisso foi incluída a opção "Desconheço" em todas as questões, para que não seja necessário escolher uma alternativa aleatória ("chutar") nas questões que você tenha dúvida.
O Bloco C tem uma pergunta para a avaliação do questionário e o espaço para que seja feito algum comentário, se achar necessário.

Bloco A – Identificação do entrevistado

1. **Idade**_____

2. **Série atual** _____

3. **Há quantos anos é aluno da Cooperativa?**
□ menos de 1 ano □ de 4 a 6 anos □ mais de 9 anos
□ de 1 a 3 anos □ de 6 a 8 anos

Bloco B – Conhecimentos Gerais sobre o Cooperativismo.
(Foram incluídos os códigos para tabulação e as questões consideradas corretas foram sublinhadas)

4. **Quais são os principais elementos que formam o símbolo do Cooperativismo?**
1□ O pinheiros e o círculo. 3□ O laço vermelho e abelha
2□ A formiga e a abelha 4□ As mão dadas e o círculo
5□ Desconheço

5. **Em qual momento histórico o Cooperativismo surgiu?**
1□ Renascimento 3□ Revolução Francesa
2□ Revolução Industrial 4□ Revolução Russa
5□ Desconheço

6. **Qual cooperativa é considerada a primeira cooperativa do mundo?**
1□ Cooperativa Francesa de Consumo 3□ Cooperativa Educacional de Tokio
2□ Cooperativa de Crédito da Inglaterra 4□ Cooperativa de Consumo de Rochdale
5□ Desconheço

7. **Qual deve ser o principal objetivo de uma Cooperativa?**
1□ Obter lucros 3□ Atender a comunidade
2□ Prestar serviços aos associados 4□ Gerar emprego na sociedade
5□ Desconheço

8. Os quatro princípios abaixo são defendidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Todos são importantes, mas qual deles é apontado como essencial para a prosperidade do cooperativismo?

1□ Educação, formação e informação para sócios, funcionários e comunidade
2□ Autonomia e independência das cooperativas
3□ Adesão livre e voluntária dos sócios a cooperativa
4□ Intercooperação (cooperação entre cooperativas)
5□ Desconheço

9. Outro princípio do Cooperativismo, defendido pela ACI é:

1□ Gestão e controle democrático da cooperativa pelos sócios
2□ Melhorar as condições de prestação de serviços na sociedade
3□ Possibilitar o progresso econômico dos sócios
4□ Através da atuação dos sócios tornar a sociedade mais caridosa
5□ Desconheço

10. Qual cooperativa é considerada pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) como a primeira Cooperativa Educacional Brasileira?

1□ Cotel- Cooperativa de trabalho Educacional LTDA (1948)
2□ Escola Mangueira (1977)
3□ CEI – Cooperativa Educacional de Itumbiara (1987)
4□ COEJA – Cooperativa de Ensino Jaraguá (1991)
5□ Desconheço

11. Quem decide os rumos da cooperativa em última instância:

1□ O Presidente da Cooperativa
2□ O Conselho Fiscal
3□ A Assembléia Geral
4□ O Conselho Diretor
5□ Desconheço

12. O cooperado tem o dever de:

1□ Ser presidente da Cooperativa em pelo menos um (1) mandato
2□ Participar do Conselho Fiscal em pelo pelo menos um (1) mandato
3□ Deixar o presidente direcionar a cooperativa em todos aspectos
4□ Acatar a decisão da maioria dos sócios (Assembléia Geral)
5□ Desconheço

13. O Cooperado tem o direito de:

1□ Agir de forma diferente indicada pela Assembléia Geral
2□ Ter lucro com as operações da cooperativa
3□ Acompanhar de perto as atividades da cooperativa, analisando livros fiscais e documentos
4□ Deixar de pagar (subscrever e/ou pela integralizar) as cotas-parte previstas no estatuto da cooperativa
5□ Desconheço

Avaliação:

O que você achou do questionário? 1□ Muito difícil 2□ Difícil 3□ Fácil 4□ Muito Fácil

Deseja fazer algum comentário? _____

_____

_____

Obrigada pela participação!

ANEXO A – Página eletrônica da cooperativa Coeducar.

Coeducar - Cooperando para a educação - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas

Endereço http://www.coeducar.com.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=36

O que é Cooperativa?

Nossa História
O que é Cooperativa?
Assembléia Geral
Valores
Propósito

Pátio da Cooperativa

O QUE É "COOPERATIVA DE ENSINO"?

A história das cooperativas começa no início do século XIX na Inglaterra, quando a massa de operários passa a sentir os duros efeitos da relação desvantajosa estabelecida entre capital e trabalho, trazida pela Revolução Industrial.

Os trabalhadores perceberam que se eles se reunissem em cooperativas passariam a ter menos gastos e até auferir algum lucro na venda de mercadorias.

Foi assim que surgiu a Rochdale Friendly Cooperative Society, uma cooperativa de consumo que vendia mercadorias a preço mínimo e concedia um retorno sobre o lucro na proporção das compras efetuadas pelos clientes, obrigatoriamente seus acionistas.

De Rochdale, o movimento cooperativista se expandiu por toda a Europa, chegando logo depois aos Estados Unidos. Da expansão do cooperativismo decorreram dois outros fenômenos sociais importantes para as primeiras conquistas democráticas: o sindicalismo e a fundação dos partidos socialistas. Marx, no capítulo 13 de "O Capital" (1867), vê com simpatia a experiência incipiente das cooperativas.

Voltado primordialmente para a área de produção e consumo agrícola, o cooperativismo alcançou as diversas áreas da atividade humana, atingindo mais recentemente a Educação. Com as mensalidades escorchantes e o nível de ensino de baixa qualidade oferecido pelas escolas particulares, os pais resolveram se associar em cooperativas, essas realmente sem fins lucrativos.

A ausência de finalidade lucrativa não é o único traço distintivo das cooperativas de ensino. Elas diferem das escolas particulares comuns também em muitos outros aspectos, como os que seguem:

- Buscam a autogestão através da participação de seus cooperados, co-responsáveis pelos seus resultados;
- Promovem a qualidade de ensino em permanente sintonia com a sociedade;
- Capacitam o educando para o exercício da cidadania;
- Conscientizam seus educandos no papel de agentes de transformação da sociedade;
- Estabelecem diálogos com a comunidade científica para a aquisição de tecnologia e produção de -conhecimento;
- Incutem nos educandos valores éticos de comportamento humano e o compromisso com as questões sociais mais relevantes;
- Valorizam e estimulam as formas criativas de expressão artística;
- Desenvolvem mecanismos de ensino compatíveis com as necessidades individuais do educando, levando-os a se integrar harmonicamente com a comunidade;
- Despertam o sentimento do viver comunitário e do apoio aos mais carentes;
- Ensejam o aparecimento de lideranças democráticas.

Coeducar - Cooperativa Educacional de Araraquara

Concluído Internet

Fonte: www.coeducar.com.br (acessado em 08/06/2008)